O COMUNISMO NA BÍBLIA

JOSÉ PORFÍRIO MIRANDA

Tradução de D. Sotelo

Rio, julho de 2002

ÍNDICE

PRÓLOGO

Este escrito é um manifesto. Pois um manifesto bíblico que se impõe todo o rigor da exegese cientifica e aceita a direção desta. Se o estudo minucioso não demonstra a tese, tenha-se por não emitida. Precisamente o que este escrito recrimina na teologia oficial é o haver elocubrado toda a concepção do cristianismo tornando independente da Bíblia e ainda contradizendo – a. Portanto, o mesmo não crê ter mais validade que a alcancem suas demonstrações.

O presente estudo aprofunda a investigação de meus dois livros anteriores: **Marx y la Bíblia** (*Ediciones Sigueme*), e o **Ser e o Messias** (*Edições Paulinas*), pois não os pressupõe logicamente porque tenho cuidado que se tenha de pé por si só. Mais ainda: apesar das dimensões tipográficas reduzidas, que obedecem ao desejo de maiores difusões, pretendem aqui precisar com muito maior fio vários das análises que esses dois livros grossos tenham iniciado. Em particular o dos profetas, o dos salmos, e o das palavras genuínas e fatos históricos de Jesus de Nazaré. Ainda que seja uma obra concisa, é fruto de muitos anos de investigação.

O alcance político não precisa de palavras de encarecimento; o título mesmo põe de relevo. Repito: é um manifesto. E quer fazer-se ser ouvido de todos os pobres da terra.

1 – O CRISTIANISMO É COMUNISMO.

Que um cristão se diga antimarxista, pode compreender-se. Tem numerosas variedades de marxismo, e é possível que esse cristão se refira a alguma das muitas filosofias materialistas que se autodenominam marxistas ainda que tem muito pouco que ver com Marx.

Que um cristão se diga não só antimarxista senão também anti-Marx, provavelmente se deve a que não tenha lido nunca a Marx por completo e seu ódio adoece de simples ignorância. Pois, bem olhares nas coisas, que me importa. Eu não tenho nenhuma obrigação de defender a Marx.

Pois que um cristão se diga anticomunista, isso já é outra coisa e constitui sem dúvida alguma p maior escândalo de nosso século. Não é boa a idéia de começar um livro com exclamações, pois alguém tem finalmente do que lançar vozes nas verdades mais óbvias e importantes que todo o mundo cala por sabê-las.

A idéia de comunismo estás com todas as suas letras no Novo Testamento, ao grau de que nestes vinte séculos ninguém tem sido capaz de dar uma melhor definição do que é comunismo que a que São Lucas formula em Atos dos Apóstolos (At 2,44-45 e 4,32-35):

“*Todos os que tinham crido estavam juntos e tinham tudo em comum todas as coisas: vendiam suas propriedades e seus bens e o repartiam aos pobres segundo as suas necessidades”. At 2,44-45.*

“A multidão dos que haviam crido era de um só coração e uma alma. Nenhum dizia ser seu próprio nada do que possuíam, senão que tinham todas as coisas em comum. E grande era o poder dos apóstolos davam testemunho da ressurreição do senhor Jesus, e abundante graça era sobre todos eles. Assim que não tinha entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam heranças ou casas, as vendiam, e as traziam aos pés dos apóstolos; e se repartia a cada um segundo sua necessidade”. At 4,32-35.

A mesma definição que Marx toma de Louis Blanc, “*de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”,* está inspirada se não diretamente copiada da formulação que Lucas redigiu dezoito séculos antes. Não tem demonstração mais clara da lavagem cerebral a que nos tem submetido o *establishment*, que o fato de que a concepção oficial e divulgada do cristianismo seja anticomunista.

Num momento em que dois terços da América Latina estão subjugados por atrozes ditaduras anticomunistas e o resto quase que todos sofrem num momento em que a política internacional de quase todos os paises do mundo e por conseguinte armamentismo criminoso se normalizam pela consigna contraditória. “*Defender do comunismo a civilização cristã*”, num momento assim não tem palavras para enfatizar suficientemente esta exclamação: Pois se a iniciativa comunista na história do Ocidente é a iniciativa cristã!

Pois se desde o século I d. C ao século XIX d. C. nunca se deixou de haver grupos cristãos que, ainda, reprimidos pelos poderes estabelecidos e pela igreja, propugnavam o comunismo com sua Bíblia na mão! Que espécie de loucura se tem abatido sobre o mundo ocidental para que combata como a Maximo inimigo o que é o projeto cristão por excelência?

1.1. MAL-ENTENDIDOS INTENCIONAIS

Os marxistas ultimamente nos têm estado fazendo o favor de promover a idéia em ausência nossa, em culpável ausência nossa, pois identificar comunismo com marxismo implica ignorância crassa da história. Não é certo que o **estableshiment** esteja lutando contra o materialismo ateu, como se diz a si mesmos o poderoso para tranqüilizar suas consciências; essa luta repressiva vem de muito antes, existiu durante muitos séculos nos que nenhum comunista era materialista e nenhum comunista era ateu, e nem sequer existiam o materialismo nem o ateísmo.

O marxismo é um mero episódio na história do projeto comunista. Papa e os outros poderosos da terra não estão combatendo contra o ateísmo senão que contra nós que somos cristãos, que cremos em deus e em Jesus Cristo, e que o único que queremos é realizar o evangelho.

É certo, tem diferenças na interpretação do Evangelho, e a ventilá-las se dirige o presente escrito. Pois então o que impugnam os pudicos na

Idade Media e os três primeiros séculos da época moderna. O denunciar o materialismo é um mero pretexto para a perseguição anticomunista; se esse pretexto não existira, os senhores inventariam outro, como os fatos inventaram outros durante a Idade Média, e outros diferentes no século XVI, e outro mais nos séculos XVII e XVIII.

Se o materialismo fosse a razão da perseguição anticomunista como se explica que perseguiram ao comunismo desde muito antes que existira o materialismo? Não, o que perseguem e reprimem é o comunismo enquanto tal, pois o projeto comunista está defendido explicitamente do cristianismo, não o inventaram nem os marxistas nem os grupos cristãos medievais ou modernos.

Quando a propaganda doutrinal oficial afirma que a idéia comunista não é separável das ideologias materialistas, está negando fatos tão evidentes e inocultáveis como a luz do sol: no primeiro cristianismo e durante dezoito séculos existiu a idéia comunista sem materialismo de nenhuma espécie. E hoje mesmo que relação lógica pode acrescentar-se entre “ter tudo em comum” (At 2,45) e negar a existência e a eficácia do espírito? A verdade é precisamente o revés: que o comunismo não pode realizar-se se não reconhecemos a infinita respeitabilidade de Deus em cada um dos próximos, também nos economicamente modos improdutivos por invalidez ou idade ou por subdotação natural.

O fracasso do comunismo russo tem que ver com isso (em Rússia o que tem é o capitalismo de estado). Então porque o cristianismo oficial faz a guerra contra uma idéia que está expressamente patrocinada nas fontes do cristianismo e que logicamente só pode realizar-se a base de autêntico cristianismo? Negar a existência do espírito é mais bem inseparável de buscar cada um seu próprio proveito e ganância, como o capitalismo ensina. A tese de que o comunismo não se pode separar do

materialismo é uma dessas falsidades monstruosas a Hitler, que mentem com tanto maior gravidade quanto mais falsas são. Examinada objetivamente, é a inversão diametral dos fatos reais.

Outro mal-entendido deliberado é sustentar que os cristãos comunistas o são por moda ou por adaptação às correntes progressivas ou por acomodações aos tempos novos ou por afã de modernização. Em nome de meus irmãos da América Latina declaro aqui formalmente que somos conservadores impenitentes: queremos o Evangelho à letra. Nos parece detestável o princípio oportunista de que o cristianismo deva ir se adaptando e acomodando às circunstancias que mudam. Como se o cristianismo não tivera um conteúdo próprio que dizer e que realizar.

Recusamos a debilidade mental segundo a qual o cristianismo tinha que ser romano em tempos do império romano, feudalista na Idade Média, absolutista durante a monarquia, liberal em tempos da revolução francesa, etc. Essa flexibilidade se a deixamos a uma igreja a que desde faz muito séculos não o importa averiguar objetivamente que é o que Cristo queria realizar no mundo. As modas estão eles, os que nos reprimem: que fazem anticomunismo por adaptar-se a Trilateral e ao Chase Manhattam. Nós pelo contrário cremos que Jesus Cristo veio a salvar ao mundo e não se adaptar ao mundo. Seguidores de modas nós que não aceitamos outro critério que o formulado no século primeiro nas fontes do cristianismo?

Tira-se também a idéia de que anos, ainda que não neguemos o espírito, nos importe mais o material que o espiritual. Em primeiro lugar, o critério final que Jesus Cristo deixou estabelecido como único é "tive fome e me deste de comer, tive sede e me deste de beber, era forasteiro e me acolhestes, estava nu e me vestistes, enfermo e me visitastes, preso e me foste ver-me" (Mt 25,35ss). Se isso é preocupar-se

mais pelo material que pelo espiritual, o pretendido espiritualismo oficial deve dirigir sua acusação sem rodeios contra Jesus Cristo mesmo. E que se vê de novo que o enfrentamento é de uma interpretação da Bíblia contra outra, não de cristãos contra os ateus.

Pois em segundo lugar, a fidelidade irrestrita a Jesus Cristo é preocupar-se mais pelo material que pelo espiritual? Nos querem dizer como vamos a dar-lhes de comer a todos os que têm fome se deixamos os meios de produção em mãos privadas que necessariamente os destinam para o aumento do capital e não para a satisfação das necessidades da povoação? Sustentam que tem maior espiritualidade no egoísmo escapista de quem se tranqüilizam dizendo “Sempre tem tido morrido de fome, não somos a divina providência”, que na decisão dos que querem ser fiéis a Jesus Cristo pondo todos os meios para dar-lhes de comer aos famintos sabendo que se expõem as repressões, ao cárcere, a tortura? Tem menos espiritualidade em arruinar um seu futuro e seu prestígio social por tomar a Jesus Cristo em sério que em adaptar-se ao doce encanto da burguesia dizendo-se “eu me dedico às coisas espirituais?”.

Incluído tirem-se a idéia de que a nós, ainda que não neguemos a Deus, nos importe mais o homem que Deus. O temos dedicado a vida a Jesus Cristo: que segundo estes teólogos, Jesus de Nazaré não é Deus? Pois esta objeção antirrevolucionária toca o ponto mais essencial, não, a essência mesma da revelação bíblica. Entenda-se bem: o único que os cristãos revolucionários propugnamos é a adoração do Deus verdadeiro em contraste com a adoração dos ídolos que durante muitos séculos tem inculcado por uma teologia radicalmente desconhecedora da Bíblia.

Este não é um tema adequadamente se enumere entre objeções, nem sequer é um tema; é o único motivo de nossa rebeldia e o único

conteúdo de nossa teologia. Nunca temos pretendido tecer mais que a teologia no sentido estrito e literal da palavra.

O Deus da Bíblia não é conhecível diretamente. Os ídolos sim. Tanto os ídolos materiais como os ídolos mentais, que são os mais importantes. Tem quem crêem que, com só por em suas mentes a palavra Deus, já estão dirigindo-os ao Deus verdadeiro. Pois esse é o que a Bíblia combate a morte. O deus desses o que esses adoradores é um conceito dentro de suas mentes; com esse ato intramental não transcende sua própria subjetividade, seu próprio psiquismo, seu próprio eu; porém o deus verdadeiro é transcendente ou não existe.

A alteridade constituída pelo próximo oprimido que nos interpela pedindo justiça, essa se rompe nosso solipsismo; só atendendo-a transcendemos. Por isso o Deus da Bíblia somente é cognoscível na alteridade, na interpelação do pobre, do órfão, da viúva, do estrangeiro. Nossa linguagem revolucionária não tem mais que este objetivo: que todos os homens conheçam ao único Deus verdadeiro, e conhecendo se salvem. Quem nos acusam de antepor o humano ao divino, não só caluniam; sobretudo ignoram. Pois com ignorância supunha a Bíblia mesma.

Por último, tire-se também a idéia de que nos importa mais a transformação das estruturas que a transformação das pessoalmente, o social mais que o pessoal. O contrário é verdade. Nossa revolução vai dirigida para a criação do homem novo; pois, as diferenças dos impugnadores, querem por os meios necessários para essa formação do homem novo. E o meio indispensável é uma nova estrutura social. Não o meio indispensável é uma nova estrutura social. Não é perfeitamente obvio que o sistema social vigente tem mais eficácia educativa ou deseducativa que as exortações da aula ou do templo?

Quanto terreno pode conquistar a idéia de que o homem não ponha seu coração no dinheiro e nas coisas materiais (ou seja, a idéia central do sermão do Monte) se o sistema social vigente o inculca a matanças e a pena de morte todo o contrário? Talvez uma minoria quantitativamente insignificante pode no plano heróico resistir aos mandatos peremptórios do sistema, pois ao cristianismo o importa todos os seres humanos, não podem contentar-se com salvar a uma minoria reduzida. A maioria não pode sequer dar-lhe sentido de realidade a mensagem cristã a fraternidade e de solidariedade com o próximo, quando a estrutura social de impor a pena de aniquilamento o buscar o próprio interesse caia o que caia e sem preocupação com os demais.

A troca de estruturas é um mero meio para a mudança das pessoas, pois um meio de tal maneira necessário e de tal maneira obvio, que quem não se preocupa prioritariamente por só o, com isso só demonstra que seu declamado anelo de transformar as pessoas é uma palavra inteiramente retórica.

Resumindo o anterior. São meras manobras distrativas os cinco pretextos que o *establishment* usa para combater sem escrúpulos ao comunismo: identificar comunismo com o materialismo e ateísmo, acusar-nos de afã de modernidade e de moda, imputamos falta de espiritualidade, achacar-nos que nos importa mais o homem que Deus, atribuir-nos maior preocupação pelas estruturas que por as pessoas. É hora de deixar a um lado todas as escaramuças laterais e centrar-nos sobre o fato fundamental: a Bíblia ensina comunismo.

1.2. O CRISTÃO ORIGINAL

Todos os crentes a uma tinham tudo em comum; vendiam suas posses e seus bens, e o repartiam entre todos de acordo com as suas necessidades (At 2,44-45).

> *“Da multidão dos crentes o coração era um e a alma era uma, e nem um só dizias ser seu algo do que tinham, senão que todas as coisas lhes eram comuns [...] Não tinham entre eles pobre algum, pois quantos possuíam campos ou casas os vendiam, traziam a soma da venda e o colocavam aos pés dos apóstolos, e se repartia a cada um de acordo a sua necessidade (At 4, 32.34-35).*

A intenção normativa de Lucas é patente. Não se trata de um gênero de vida especial que possa considerar-se peculiar de alguns cristãos em contraste com a massa geral dos cristãos. A insistência na universalidade do comunismo resulta incluído um pouco afetado, literariamente falando. **Pantes hoi pisteusantes** (2,44): ou seja, todos os crentes, todos os que haviam crido em Jesus Cristo, todos os cristãos. **Houde heis** (4,32): nem um só dizia ser seu algo. **Ho soi ktetores** (4,34): quantos possuíam campos ou casas, quanto algo tinham. Se quiserem ser cristãos, a condição era comunismo.

Os comentários anticomunistas alegaram que esse é o ponto de vista pessoal de Lucas e que não o avaliam os outros autores do Novo Testamento. O argumento é invalido porque nenhum dos outros autores descreve o gênero de vida do cristianismo original, e, portanto, não tem

documento em que possa um basear-se para desmentir a Lucas. Pois suponhamos (sem conceder) que algum outro autor do Novo Testamento discrepante de Lucas: como se justifica a perseguição pretendidamente cristã contra um projeto social que é um dos principais autores do Novo Testamento?

Veremos que é falsa a hipótese porque Jesus Cristo mesmo era comunista, pois coloquemo-nos hipoteticamente no pior dos casos: que só Lucas ensina comunismo. Com que direito, com que lógica sequer elementar, se afirma então que o comunismo é incompatível com o cristianismo? O fato só de que se faça essa afirmação não demonstra que os anticomunismos ditos cristãos estão alienados e alegam cristianismo quando na realidade são movidos por motivação anticristã da que não são conscientes? Se pelo menos a parte Lucana do Novo Testamento ensina comunismo, como é possível sustentar que o comunismo está interligado com o cristianismo?

Suponhamos (sem conceder) que outras partes do Novo testamento dão pé para projetar sistemas sociais diferentes do de Lucas. E bem: que alguns cristãos de hoje preferem essas outras partes da Bíblia mais que a Lucas, é coisa deles; pois com que direito negam que é cristianismo o que a parte lucana da Bíblia ensina em forma enfática e repetida? A origem da ideia comunista na história do Ocidente é o Novo Testamento, não Jamblico nem Platão.

O que os grupos e movimentos comunistas esgrimiam desde o século primeiro através da Idade Media e até W Witling (1808- 1871), era o Novo Testamento, não o da República nem da vida Pitagórica. A repressão desapiedada que durante os últimos dezessete séculos se tem cometido contra os comunistas em nome do cristianismo, é a farsa e falsificação mais grotesca que possa pensar-se.

Um segundo alegado anticomunista contra os textos citados de Lucas é este: pois o comunismo dos primeiros cristãos fracassou. O pasmo é que em sermões e em documentos magistrais e em livros e na opinião publica burguesa se cria que este é um argumento. Também o sermão do Monte fracassou, pois eles não o tiram seu caráter normativo. Na intenção clara do relato original o comunismo é obrigatório para os cristãos.

Isso não se modifica no mais o mínimo pelo fato de que o primeiro intento comunista fracassara. O que nos toca é averiguar porque fracassou e realizar o comunismo sem cometer o erro que fez que os primeiros cristãos fracassaram: tal seria a única conclusão lógica sem nos objetantes houvera ao menos um tênue desejo de normatizar-se pelo Bíblia.

Pois o que tem nos objetantes é a decisão previa e não comovível de entender-se da Bíblia e para isso aproveitaram qualquer pretexto ainda que seja atropelado pela lógica mais elementar. O do fracasso inicial é puro pretexto, pois é como dizer-nos que suprimamos o decálogo porque o decálogo tem fracassado na história. Confundem o normativo com o fático, pois o confundem deliberadamente para desentender-se de qualquer ensinamento bíblico que os desgoste. É o anticristianismo que se disfarça de civilização cristã para recusar o Evangelho.

Conforme Karl Marx (MEW 18, 160) a causa do fracasso foi que os primeiros cristãos descuidaram da luta política. Falaremos do político em outro capítulo. A mim me parece que uma ilha comunista num mar econômico que se caracteriza pela exploração de uns por outros não pode sustentar-se. O seja, o que mencionávamos antes: o sistema social circundante e envolvente tem muito mais força que as exortações. O

comunismo dos primeiros cristãos fracassou porque estes eram muito poucos; pois hoje os cristãos somos no ocidente a maioria e no mundo a força principal.

Um terceiro alegado contra o comunismo dos primeiros cristãos. Pois o leitor já percebe que toda esta cascata de objeções, que se revelam umas as outras quando a anterior se mostra absurda, é somente uma serie de sintomas emocionais contra uma mensagem bíblica que tem produzido repugnância instintiva nos objetantes. O terceiro alegado diz: o comunismo dos primeiros cristãos era opcional, como se vê pelas palavras de Pedro a Ananias: Não seguia sendo teu o que retinhas, e uma vez vendido não estava a tua disposição (At 5,4).

Um quisera saber que classe de coerência tem entre estas objeções: primeiro diziam que Lucas mente; depois, que não mente, pois que o intento fracassou; finalmente, que não so não mente senão que seu relato é tão fidedigno, que vão a apoiar-se em At 5,4 para rebater ao comunismo. Claramente se vê que as pretendidas objeções são meras reações irracionais, espasmos de uma repulsa visceral totalmente descontrolada.

Pois, enfim, examinemos a convulsão como se fora uma objeção. É assombroso que alguma vez se lhe tem atribuído força a este terceiro alegado. Ponhamos hipoteticamente no pior dos casos: suponhamos (o que é falso, como veremos) que segundo Lucas o comunismo era opcional. Respondo: pois vocês o combatem como se fora mau. Segundo vocês mesmos a Bíblia não mais o recomenda; e bem, vocês o proíbem.

Opcional significa que os cristãos podem optar por ele. Sem embargo, vocês perseguem como sedicioso e criminal e anticristão a quem opte

pelo comunismo. Eu não tenho visto jamais uma alienação mais demencial: para demonstrar que a Bíblia o recomenda.

Pois a hipótese é falsa. Conforme Lucas o que é opcional é o cristianismo. Pedro diz a Ananias que podia entrar na comunidade cristã sem renunciar a propriedade privada de seus bens. Nem podia dizer-lhe quando se nos acaba de enfatizar que dos cristãos nem um só dizia ser sua coisa alguma (At 4,32). Tem mentido ao espírito Santo fingindo fazer-se cristão mediante uma renúncia simulada.

A objeção pertence a aquele tipo de leitura que crê poder entender um escrito ainda que não entenda o pensamento do autor. Escritor muito torpe teria que ser Lucas se com o episodio de Ananias (At 5,1-11) pretendera afirmar a opcionalidade do comunismo, quando quatro versículos atrás (At 4,34) insistiam em que quantos possuíam campos ou casas os vendiam etc, e dois versículos antes e nenhum so dizia ser seu algo (At 4,32), e, todavia, antes: todos os crentes a uma o tinham tudo em comum (At 2,24).

Esse mesmo Lucas havia posto em lábios de Jesus Cristo estas palavras: todo aquele de vos que não renuncie a tudo o que tem não pode ser meu discípulo (Lc 14,33); e agora os direitistas querem que segundo Lucas possa um ser discípulo de Cristo sem renunciar a tudo o que tem. Congruente seria recusar a Lucas, sustentar que esse autor é um tolo. Pois afirmar que segundo Lucas se pode ser cristão sem renunciar a propriedade privada, é negar descaradamente a documentação que todos temos diante dos olhos.

Note-se bem que no último versículo citado se trata do simples fato de ser discípulos de Cristo, e não de quem sabe que vocação especial. Veja-se o começo da pericope: Muitas pessoas iam acompanhando-o, e ele,

voltando-se lhes disse (Lc 14,25). Não se dirige aos doze senão a multidão. Trata-se simplesmente das condições para ser cristão, exatamente como nos textos citados de At. O opcional é ser o cristão, ser discípulo de Cristo. Quem desloca o episodio de Ananias pretendem lê-lo como se não tivera autor, como se nada o houvera escrito. Como tem dito Hinkelammert, esse episodio significa: pena de morte para quem trai ao comunismo, que é condição imprescindível do Cristianismo.

Pois o mais curioso e mais difícil objeção que vimos considerando é que supõe que nosso comunismo não é opcional, ou que o comunismo de Marx não é opcional. Ataca com fúria sem igual um inimigo inexistente. Nunca temos pensado que o comunismo se pode realizar se não é por decisão livre de operários, camponeses e desempregados, que em conjunto formam a imensa maioria da povoação. E Marx também pensa assim.

Nada mais se tenha em conta que um sistema é um sistema. E não se pense que quem estamos no capitalismo estamos fora de todo sistema; pois esse absurdo é, no fundo, o que sustenta a objeção. Não é possível que dentro de um mesmo país o critério para a destinação dos recursos seja satisfazer as necessidades da povoação e ao mesmo tempo o critério para a destinação dos recursos seja obter ganâncias para o capital. Ou o sistema é capitalista ou o sistema é comunista. Os que querem que para os capitalistas seja opcional o comunismo, impedem que este seja opcional para a imensa maioria da povoação. Em que ficamos? Não queriam que fosse opcional?

Descabeladamente supõem que os proletários estão no capitalismo por livre decisão. Ou que o capitalismo é uma espécie de ponto zero, a situação natural que não se lhe impõe a ninguém. E que só para sair daí

se coloca o dilema de fazê-lo por livre opção ou por constrição violadora da liberdade.

O dilema real é este: ou quase a totalidade da povoação impõe o comunismo a uma insignificante minoria, ou um punhado de pessoas impõe o capitalismo a quase totalidade da povoação. Os amantes da liberdade têm que escolher uma dessas duas alternativas. Não tem terceiro caminho. Num país não pode ter mais que um sistema, precisamente porque é sistema. A ilusão economia mista é capitalismo: as empresas estatais têm que obedecer às regras do capitalismo e fazer-lhes o jogo as empresas privadas.

Com que mão de obra haveria os capitalistas para funcionar suas fabricas se os operários do país optam pelo sistema comunista? Suponhamos que uma revolução comunista deixa aos capitalistas em liberdade de opção, a quem venderiam seus produtos se a povoação não quer ter nada que ver com a produção capitalista? Os teóricos do capitalismo que querem a liberdade de opção eles não podem existir senão suprimindo a liberdade de opção da imensa maioria. Aí se vê quando amantes da liberdade são em realidade: deseja ter a liberdade de tirar-lhes a liberdade aos demais.

A suposição dos objetantes é o mais falso em todo isto: que os proletários estão no capitalismo por livre decisão. Pois para que tenha liberdade se requer conhecimento das alternativas. Se todas as instancias ideológicas, incluídas a igreja e a televisão e o cinema, satanizam como criminoso e anticristão a idéia comunista, que liberdade de opção tem os proletários?

1.3. O REINO É NA TERRA

Agora necessitamos averiguar se o comunismo dos primeiros cristãos o inventou estes ou se basearam nos ensinamentos de Jesus Cristo e de toda a tradição bíblica. Com outras palavras: nos incumbe ampliar a visão mais alem do livro chamado: Atos dos Apóstolos. E com isso começamos a precisar o porquê moral e obrigatório do comunismo. Pois como nos vamos a basear primeiramente em três autenticas sentenças de Jesus Cristo relacionadas com o Reino de Deus, e como a muitos o supor que o reino de Deus é em outro mundo lhes tem impedido a intelecção dessas sentenças, necessitamos ante por um esclarecimento quer em si mesma é de extrema importância, pois que no fio do presente escrito tem caráter de nota previa.

Para começar compare-se Mt 13,11: a vós outros os tem sido dado a conhecer os mistérios dos Céus, por uma parte, com Mc 4,11: a vós outros os tem sido dado o mistério do reino de Deus e com Lc 8,10: a vós outros os tem sido dado a conhecer os mistérios do reino de Deus, por outra parte.

Compare-se também Mt 3,2: tem chegado o reino dos Céus por uma parte, com Mc 1,15: tem chegado o reino de Deus e Lc 10,9: tem chegado a vós o reino de Deus, por outra.

É uma amostra. Poderíamos alargar a lista de comparações entre o texto de Mateus e os textos de Marcos e Lucas. Os estudiosos coincidem em afirmar que Mateus sistematicamente substitui a expressão original reino de Deus por reino dos Céus, e se tem perguntado o porquê desta sistemática modificação redacional. E também coincidem na reposta.

Importa enfatizar isto: todos os exegetas que tocam o assunto, tanto os conservadores como os liberais, tanto os de tendência ultramundana como os de tendência terrena, explicam o fenômeno redacional, pela causa do costume do judaísmo tardio de evitar toda menção do nome de Deus.

Diziam-se os céus ou incluído o nome em vez de dizer Deus. Cria-se que obedecer ao mandamento do decálogo que proíbe tomar o nome de Deus em vão. Hoje nos parece excessivo esse respeito e Cristo mesmo não o observava, pis o fato literário não se pode negar porque está sobreabundamtemente documentado por escritos rabínicos do século I a. C. e do século I d. C. Todavia hoje em nossas línguas o céu te proteja quando o que em realidade queremos dizer Deus te proteja.

Nem sequer se trata, portanto, de que Mateus por sua conta tende a colocar o Reino em outro mundo. É simplesmente o habitual circunlóquio do judaísmo tardio que evita o mais possível mencionar o nome de Deus. Ou o redator que chamamos de Mateus (que por certo não é o apostolo) usava esse circunlóquio ou o encontrou assim nos escritos que utilizou para redigir seu evangelho. E quando tem motivo especial, ele mesmo faz exceção.

Enquanto donde se tenha de realizar o reino, Mateus não tem dúvidas. Na parábola da erva daninha (Mt 13,24-30 e 36-43), que é uma parábola sobre o reino de Deus, expressamente diz que o campo é o mundo (v 38), e ao final será trasladado a alguma parte senão que o Filho do Homem enviará seus anjos que tirarão de seu reino todos os escândalos e a todos os fazedores de iniquidade (v 41), e então os justos resplandecerão como o sol no reino de seu Pai (v 43).

Por conseguinte, também para Mateus, o mesmo que para todos os autores sacros conhecidos, tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, o reino é na terra. Agora bem, a expressão de Mateus o reino dos céus era a única que lhes servia de pretexto aos teólogos escapistas para sustentar que o reino deveria realizar-se em outro mundo. Nem sequer o falar da glória ou de entrar na glória lhes podia servir de apoio, pois os salmos explicitamente ensinam: A salvação está perto para os que o temem, de sorte que a gloria habitará em nossa terra (Sal 85,10).

Claro está o circunlóquio de Mateus dos céus era um mero pretexto. Se não houvesse estado cego pelo desprezo que a teologia escapista lhe dedica a nosso mundo, o mesmo saltério lhes haveria bastado para saber donde é o reino. Por exemplo, em Sl 74, todo dedicado a YHWH meu rei desde o tempo antigo (v 12), cujo reinado consiste em salvar ao pobre e ao indigente (v 21), terminam pedindo-lhe que ataque a todos os opressores (vv 22-23), pois tem que realizar salvação em meio da terra (v 12). O Sl 10 proclama olhando para o futuro: YHWH é rei eternamente para sempre, os gentios têm sido varridos de sua terra (v 16). O mesmo haveria podido encontrar no todo capítulo 32 de Isaias e no Sl 146 e em centenas de textos do Antigo Testamento mais.

Pois com nada se demonstra tanto a cegueira mencionada como o fato de que nem sequer os impressionara a oração que Cristo nos ensinou e que eles rezavam todos os dias: Venha teu reino (Mt 6,10; Lc 11,2). Não diz leva-nos a teu reino, nem os translada para teu reino, senão que, diz se não é a terra, que é onde estamos os que dizemos venha? Que os escapistas não leram o saltério com cuidado, é achaque freqüente ainda que indevido; pois que não se fixaram nem no Pai Nosso, é realmente o todo da obcecação.

Por demais, não um dos conteúdos, senão o conteúdo mesmo da boa notícia proclamado por Jesus cristo, ou seja, o conteúdo do Evangelho em seu sentido estrito, é que tem chegado o reino (Mc 1,15 e paralelos). Onde pode ter chegado se não é a terra? Inclusive se diz tem chegado a vos o Reino de Deus (Lc 11,20 e Mt 12,28). O único que pode entender-se é que tem chegado a terra na que estão os interlocutores a quem Jesus diz: tem chegado a vos. Portanto, sustentar que o reino é em outro mundo equivale a negar o conteúdo mesmo do Evangelho. E dizer, como escapatória desesperada, que o reino em parte é neste mundo e em parte em outro, é lançar uma tese totalmente desprovida de apoio no ensinamento de Jesus Cristo.

Inclusive o Apocalipse, em que se vive falando da Jerusalém Celestial, ao final nos diz: e vi a cidade santa, a nova Jerusalém, que baixava dos céus, de junto de Deus (Apoc 21,2), e me mostrou a cidade santa, Jerusalém, descendo dos céus, de junto de Deus (Apoc 21,10). O reino se prepara no céu ou reside temporalmente no céu, pois seu destino final é a terra; por isso diz o vidente que o viu baixar; porque é na terra onde tem que se estabelecer. Já nos havia dito: e os fez ser reino e sacerdotes para nosso Deus e reinarão sobre a terra (Apoc 5,10), e no final do livro acrescenta: e reinarão pelos séculos dos séculos (Apoc 22,5). Se expressamente nos diz que o reino será sobre a terra, ocioso resulta perguntar para onde desce ou baixa do céu a nova Jerusalém.

Referimos ao Apocalipse neste contexto é importante porque esse livro menciona 2,7 a palavra paraíso que para os escapistas tem sido, equivocadamente, ele é as na manga. Antes, notemos que o reino de Deus é na terra, como o estar em Cristo ou no seio de Abraão ou o tesouro celeste, é uma questão que bem poderíamos deixar de lado, porque o que nos importa é o reino definitivo que constitui o conteúdo central da mensagem de Jesus Cristo; o regalo do paraíso aos

escapistas. Pois as passagens citadas do Apocalipse dão a idéia mesmas chave que os mais autorizados investigadores (Strack – Billerweck e Joachim Jeremias) tem encontrado na copiosa documentação judaica.

Ainda sem utilizar o termo paraíso, o Apocalipse aparece o jardim de Deus como resumo da glória e da plenitude: o Apocalipse descreve a Jerusalém final como paraíso quando fala das arvores da vida e da água da vida (22,1ss e v 14.19), da destruição da antiga serpente (20,2. v 10), da supressão do sofrimento, da necessidade e da morte (21,4). O lugar de residência do paraíso definitivo é, segundo 21, 2.10, a Jerusalem da terra renovada (J Jeremias Th.W.N.T. Vol VI, p 767).

O paraíso é a Jerusalem provisionalmente celeste que ao final de contas descerá do céu e se instalará em nossa terra pelos séculos. Segundo a Bíblia, as situações fora de nosso mundo são transitórias e interinas, tanto se chama paraíso como se chamam seio de Abraão ou tesouro celeste ou estar com cristo ou terceiro céu. Como o Novo Testamento emprega terminologia do judaísmo contemporâneo e este oferece documentação exuberante, aos estudiosos não lhes tem ficado a menor dúvida ao respeito.

Por exemplo: a parábola de Lucas do Rico e Lazaro (Lc 16, 19-31) situa tipicamente ao primeiro no **hades** (v 23) que é o termo técnico para designar o lugar de tormento depois da morte dos injustos, em contraste com **geena** que é o lugar definitivo de tormento depois do juízo final (Strack/Billerweck II p 228 e 1040; a terminologia no Testamento de Abraão 20[A] e em IV Esd 7, 85. 93). O seio de Abraão (Lc 16,22), que se usa como parelha e confrontação com hades, é igualmente provisional, porém chega a realização do reino que inclui ressurreição dos mortos.

Assim mesmo, em Mt 5,12 não se diz muita recompensa recebereis nos céus senão vossa recompensa é grande nos céus que é o lugar onde provisionalmente se guarda. Comenta Theodoro Zahn: Depois das bem-aventuranças de Mt 5,3-10, é obvio que o prêmio (mencionado em 5,12) se lhes dará aos discípulos so no reino que tem que estabelecer na terra (O Evangelho de Mateus, Leipzig, 1910, 197). E em efeito, se Mateus acaba de dizer dos bondosos que eles herdarão a terra (5,5), não pode ter nem um vislumbre de dúvida a respeito. A idéia de Mt 5,12 é a mesma de At 10,4: Tuas orações e tuas esmolas têm subido como lembrança ante a presença de Deus. Essa mesma idéia já estava em Tobias 12,12-15.

Da mesma maneira, a conversação de Cristo crucificado com o bom ladrão demonstra precisamente o contrário do que a teologia escapista quisera: quando venhas a teu reino, contrasta deliberadamente com o hoje mesmo no paraíso (Lc 23,42-43). Jesus não nega que depois virá a seu reino, pois quer ter ao bom ladrão desde hoje em sua companhia. Evidentemente, o paraíso é, como em toda a literatura desse tempo, o lugar provisional, porém, chega o momento em que o Messias vem a seu reino, que por certo é na terra, pois na terra está op bom ladrão ao dizer quando venhas.

Bom, pois não se cria que uma interpretação da Bíblia é uma construção conceitual que cada quem inventa segundo sua mentalidade e que se exibe ao lado de outras interpretações para que o publico escolha entre elas a que mais o convenha. Falar de um reino de Deus em outro mundo não só é fundar uma religião sem relação alguma com o ensinamento de Cristo (nenhum dos textos que a teologia escapista esgrime menciona ao reino), é afirmar exatamente o contrário do que Cristo ensina: tem chegado a vós o reino e venha teu reino. O fato de que a tradição tenha ensinado por séculos que o reino é em outro mundo, só demonstra que a

tradição traiu a Jesus Cristo e fundou outra religião completamente distinta.

Temos terminado a esclarecer que a seção terceira de nosso presente capítulo se propunha fazer. Era necessária para o que segue, pois se considera a importância que tem em si mesma: a resistência dos conservadores contra a supressão da propriedade privada no reino de Deus depende de onde se situe o reino de Deus. Incoerência prodigiosa. Se o reino se coloca no céu, aceitam que os textos relativos ao reino dão por abolida a propriedade privada. Se o reino se coloca n aterra, negam que esses mesmos textos de pôr abolida a propriedade privada.

Evidentemente, não podem sustentar que no céu persista a propriedade privada. Pois, segundo Jesus Cristo, isso que eles colocam no céu, é na terra. Para duvidá-lo necessitam negar ao Pai Nosso e o conteúdo central e único da boa noticia, do evangelho. Com que coincidência possa ter-se esse cambio de interpretação de uns e dos mesmos textos conforme se trate do céu ou da terra, deixamos que o leitor o julgue.

1.4. SOCIEDADE SEM CLASSES

Uma vez exposta a anterior aclaração sobre o reino, retomemos o fio argumentativo do presente capítulo. Os ensinamentos de Cristo em que puderam basear-se os primeiros cristãos para fundar o comunismo são, entre outras, Mc 10,25; Lc 6,20. 24; Mt 6,26 (Lc 16,13) e Lc 16,19-31. Os três primeiros textos se referem ao reino e por isso foi necessário intercalar a aclaração precedente.

Claro que aos primeiros cristãos também lhes influiu o exemplo e a conduta pessoal de Jesus Cristo. Pois Jesus, mal que lhes pese aos conservadores, de fato foi comunista como pode se ver em Jo 12,6; 13,29; Lc 8,1-3: Judas era o que levava a bolsa; portanto, tudo o tinham em comum, e a cada um se lhe dava de acordo com sua necessidade.

A traição doutrinal dos séculos posteriores tem querido interpretar esse comunismo segundo vimos como um caminho de perfeição que não se identifica com o simples fato de ser cristão. Pois tal interpretação se estrele sem resíduo contra o fato de que Jesus põe a renuncia a propriedade como condição para simplesmente poder entrar no reino (Mt 10,21, 25). Não tem lugar para um terceiro caminho quando o dilema é entre entrar no reino e não entrar no reino.

À parte de que, se (hipoteticamente) o ser comunista é, todavia mais perfeito que o simples ser cristão, quisera eu saber por que proíbem, por que ensina que é mau aquilo que segundo Jesus Cristo é mais perfeito. Logo se vê que a famosa via da perfeição é uma mera escapatória que se inventou quando a igreja voltou a ser rica e chegou a formar parte essencial do estabelecimento. Decreta-se que o comunismo é mais perfeito, a conclusão lógica era por-se a promover sua realização no mundo; em vez disso a conclusão foi dedicar-se a combatê-lo e a perseguir a morte a quem o promoveu. É difícil imaginar um fato que demonstre mais uma mera escapatória, um mero subterfúgio doutrinal.

O exemplo mesmo de Jesus lhe ensinou comunismo aos primeiros cristãos. Pois ademais sua palavra. A exegese cientifica reconhece que a pericope de Mc 10,17-31 (rogamos vê-la) é mais fidedigna que sua transcrição de Mateus (Mt 19,16-30) e que a transcrição de Lucas (Lc 18,18-30), as quais fazem modificações redacionais obvias; um simples cotejo faz ver que Mateus e Lucas tiveram diante dos seus olhos o texto

de Marcos nos transmitem. E sem embargo, neste mesmo pode um palpar as dificuldades e conflitos que os primeiros missionários enfrentaram quando quiseram proclamar lhe ao mundo nesta sentença autêntica de Jesus: Mais fácil é o que um camelo passe pelo fundo de uma agulha que o rico entre no reino de Deus (Mc 10,25). Como Jesus Cristo já havia dito: tem chegado o reino de Deus (Mc 1,15), se trata de quem podem e quem não podem formar parte do reino que Jesus Cristo está fundado sobre a terra. E o que diz Jesus Cristo é: os ricos não podem.

Para esquivar de alguma maneira o conflito, pois sem trair a palavra de Cristo, os primeiros missionários assinalaram: Para os homens é impossível, pois para Deus, pois a Deus tudo é possível (Mc 10,27). Eles entendiam que por obra de Deus é possível que um rico entre no reino deixando de ser rico, naturalmente, pois do contrário estariam traídos a autêntica palavra de Jesus (Mc 10,25). Qualquer interpretação minimizante de Mc 10,27 é incompatível com Mc 10, 25 e com a intimação que deu origem a pericope: Vai e vende tudo o que tens e da aos pobres (Mc 10,21). Se agora nos sai com que, para entrar ao reino, o rico não necessita nem ir nem vender tudo o que tem nem dar aos pobres, já não se trata de interpretação senão de simples e plana tergiversação.

Os versos 21 e 25 não puderam inventar nem os missionários nem as comunidades nem o redator de Marcos, pois com isso o criavam dificuldades insuperáveis ao Evangelho. São autenticas palavras de Jesus, portanto. Todo o resto da pericope está sujeito a escrutínio.

Recorde-se que se trata sinceramente de entrar no reino e que como vimos na seção terceira, o reino é na terra. Jesus Cristo anda recrutando gente para o reino e sem titubeios pronúncia: os ricos não podem,

formar parte. Geralmente se esquece que o rico e o pobre são termos correlativos. Dizemos que alguém é rico, em contraste com o resto da povoação, ou com a maioria da povoação, que não o é. Como veremos ao começar nosso próximo capítulo, Jesus Cristo não está em contra da riqueza no sentido absoluto desta palavra, senão no sentido relativo, de contraste social. Quando diz formosos os pobres por que deles é o reino de Deus (Lc 6,20) e acrescenta aí de vós, os ricos porque tens recebido vosso consolo (Lc 6,24), está dizendo exatamente o mesmo que em Mc 10,25: no reino não podem entrar os ricos, somente os pobres.

(De passo: isto demonstra que, como sustenta a imensa maioria dos exegetas, Lc 6,20 é a versão original e Mt 5,3 a posterior, pois Lc 6,20 diz o mesmo que Mc 10,25 cuja autenticidade não nega nada). Agora bem, esse ensinamento na que coincidem Mc 10,25 e Lc 6,20. 24 o que diz é que no reino não pode ter diferenças sociais. Que o reino é, pese aos conservadores, uma sociedade sem classes.

A reação dos anticomunistas tem que ser a abominação. Pois convém repetir que eles mesmos em suas concepções escatológicas admitem que segundo a Bíblia não tem difer4enças social no reino. O que lhes fala é o lugar, pois se trata do reino na terra recusam indignada a igualdade social. Por esse antepôs a aclaração da seção terceira. Pois o que admitem para o céu, segundo o evangelho é na terra.

A sociedade sem classes não a inventou Marx. Exceto a formulação, a ideia está inequívoca nas sentenças (Mc 10,21. 25) mais autenticas e indiscutíveis de Jesus Cristo (1).

(1)- *A versão de Mt sobre Mc 10,21 é reconhecidamente posterior: se queres ser perfeito, vai e vende tudo o que tens, etc (Mt 19,21). Nela se trata de uma perfeição que é indispensável para poder entrar no reino*

(Mt 19,24), claramente superior a moral dos judeus (Mt 19,18-20), pois não privativa de algum grupo cristão em particular, posto que entre o entrar no reino e não entrar no reino é impossível imaginar um terceiro termo. O mesmo sucede com a única outra ocorrência do adjetivo perfeito: Mt 5,48. Como reconhece o exegeta alemão Rudolf Scnackenburg, a perfeição se lhes exige a todos (cursivas suas) (LTK 3, 1246). Também o católico J Blinzer diz: a exigência de perfeição é para todos (LTK 10, 864). A alternativa é não entrar no reino: Se vossa justiça não exceder a dos fariseus e escribas, não entrareis no reino dos céus (Mt 5,20). E o contraste em Mt 5,46-48 não é com cristãos de menor perfeição senão com publicanos (v 46) e pagãos (v 47). O que não se lhes exige a todos os cristãos é o celibato: Mt 19,10-12; aí se tem contraste entre não em todos cabe esta palavra por uma parte, e senão a quem tem sido dado por outra. É a passagem sobre os eunucos. Não tem indicação de que uma coisa seja mais perfeita que a outra. Comenta Schnackenburg: Jesus faz somente uma comprovação: têm alguns que sem dúvida sua pregação do reino havia ascendido a alguns de seus seguidores em tal forma, que se sentiram chamados a uma vida virginal ou celibatária (LTK 3,1245).

2. O PORQUÊ DO COMUNISMO.

Quando Jesus Cristo diz formosos os pobres e ai de vós os ricos, não está entendendo que riqueza em sentido absoluto, ou seja, não está condenando o fato físico de ter recursos materiais valiosos. Não em Jesus essa espécie de ascetismo que odeia o bem estar e a abundancia como por instinto, e que pode ir ao lado com o ultramundanismo extremo. Em Jo 12,7 Jesus não só permite de boa vontade senão defende que o ungiam com um óleo de nardo que valia 300 denários (v 5) e quer João chama muito valioso (v 3) e que Marcos muito custoso (Mc 14,3). E seguramente havia lido que Abraão, o modelo da fé do Antigo Testamento, havia sido rico (Gen 13,2). A riqueza de todo o povo também está cheia em Dt 28,1-14.

Rico e pobre, dizíamos, são termos correlativos. Quando Cristo diz ditosos os pobres e aí dos ricos, o que ele ataca é o fato de que uns sejam pobres e outros sejam ricos. Se me permite introduzir um termo técnico: condena a riqueza diferentemente ou relativa. Pois se isso, o condena implacavelmente. Tão intransigentemente e sem exceções, que a teologia oficial do Ocidente está tramada e não se atreve a olhar de fato em fato essa condenação, temendo que todo o sentido da Bíblia dependa dela.

E em efeito a história inteira de Ocidente tem sido falsificação do cristianismo unicamente por não se ter atrevido a encarar a reprovação inexorável que a Bíblia faz da riqueza diferenciante. Decidiu desviar o olhar crendo que a opção preferencial pelos pobres era questão de ternura ou de bons sentimentos, quando na realidade é a questão moral estrita.

A cristologia mesma, como efeito desse desvio, tem resultado ser um conjunto de tese triviais e irrelevantes. Para ser objetivos na leitura do Evangelho, tem que deixar de imaginar a Jesus Cristo como um tipo doce e conciliatório. Era um homem risonho. Tem existido na história um homem mais intransigente que quem para um seco aos que espontaneamente querem segui-lo e lhes diz: primeiro vai e vende tudo o que tens e dá aos pobres e depois vem e segue-me?

Essa frase não pode pronunciar-se senão em tom áspero e conflitivo. É o tom de quem quando se trata de dinheiro, diz dinheiro de iniqüidade (Lc 16,9. 11). O mesmo de quem é capaz de gritar Escribas e Fariseus hipócritas sete vezes seguidas (Mt 23,13. 14. 15. 24. 25. 27. 20), de quem, quando se trata do templo o que se sabe dizer é não ficaras

pedra sobre pedra (Mc 13,2). Jesus tinha o caráter de revolucionário endurecido, já era tempo de que entendíamos isso.

2.1. ILEGITIMIDADE DA RIQUEZA

Pois deixemos de cristologia e atenhamos as palavras mesmas. Jesus Cristo condena a riqueza diferentemente. A parábola do rico e do pobre (Lc 16,19-31) é perfeitamente coerente com Mc 10,25; Lc 6,20. 24. A exegese escapista crê que o rico foi a parar no tormento porque não lhe dava esmola a Lazaro. Pois a razão desse castigo não é coisa de conjecturas já que a parábola mesma a explicita: recorda que recebeste bens durante tua vida e Lázaro ao contrário males (Lc 16,25). O que se castiga é a riqueza diferente em sua mais pura expressão: não diz por que tu vivias na abundancia e Lazaro na miséria. Castiga-se, e com tormento, o fato de que sejam ricos e outros sejam pobres.

Em nenhum momento se insinua que o rico fosse de costumes especialmente depravados ou que houvesse cometido, para enriquecer-se, peculiares extorsões ou fraudes que outros ricos não cometem. O único que se diz dele é que era rico e vivia como rico: Havia um homem rico e vestia de púrpura e linho e todos os dias banqueteava esplendidamente (Lc 16,19). Como toda a história é que esse lhe castigou com tormento, o único sentido da parábola é dizer-nos por quê. Seria um descuido imperdoável de Cristo se, como querem os escapistas, não nos dissera por quê. O diz: porque era rico. Esse é o título da parábola: Havia um homem rico.

Antes de seguir adiante se note que Jesus Cristo, ao final da parábola, diz implicitamente, pois com toda claridade que sua condenação da riqueza é ensinamento do Antigo Testamento (Moisés e os profetas). O rico pede que alguém vá a prevenir a seus irmãos na terra para que não venham também eles a este lugar de tormento (Lc 16,28). Se lhe responde: Tem Moises e os profetas (Lc 16,29), se não escutam Moises e aos profetas, nem que ressuscite alguém dentre os mortos se convencem (Lc 16,31).

Isto significa: o saber que a riqueza (relativa) é imoral o que tem quem leia o Antigo testamento; se forem tão cegos que lendo não entendam essa reprovação moral inequívoca, nem ainda que ressuscite um morto se convencerão. O mesmo teria que dizer hoje Jesus Cristo respeito do Novo Testamento, de seus próprios ensinamentos.

Como está clara no Antigo Testamento a condenação da riqueza, não é de estranhar que Lc 1,53 a ponha nos lábios da mãe de Jesus. Agora acrescentamos esse texto a Mc 10,25; Lc 6,20. 24 e a parábola. Diz: encheu de bens aos famintos e aos ricos os despediu sem nada. Não diz que por igual encheu de bens os famintos e a todos habitantes do país, que é o que um simples comunista teria que fazer depois de derrubar aos governantes de seus tronos (Lc 1,52). Diz que encherá de bens aos pobres e aos ricos os despedirá sem nada.

O mesmo princípio se em Sl 34,11: Os ricos ficarão pobres e famintos. Ninguém pode tomar a sério a Bíblia sem concluir que, segundo ela, os ricos, por ser ricos, devem ser castigados. Ele não os admite ao reino quando do único que se trata é de fundar o reino, é claramente, castigo; o mandar-lhes ao tormento, como ensina a parábola, é castigo; o tirar-lhes todos seus bens e despedi-los sem nada, é também castigo. Pelo simples delito de ser rico.

Ouço exclamar em indignação total: pois por quê? A Bíblia inteira nos vá a responder, com sua linguagem, nas seções seguintes do presente capítulo. Pois nesta seção trataremos de aclarar o porquê nossa linguagem moderna.

Dos textos citados é iniludível deduzir que, segundo a Bíblia, não tem maneira legitima de admitir riqueza diferenciada. Se não se supõe essa tese moral de economia, o castigar aos ricos enquanto ricos fica completamente incompreensível. Todos esses textos implicam que só por meios ilícitos é possível alcançar um nível econômico superior Ao da maioria da povoação. Evidentemente ilícito não significa: em desacordo com as leis positivas vigentes. O fato de que a legislação dos paises autorize os meios de enriquecimento, não faz que eles sejam lícitos. Tem-se algo valioso na que a tradição intelectual cristã, é essa convicção de que o critério do bom e do mau do que o digam as leis ou os decretos ou aos costumes em turno.

Para ser concretos, suponhamos que um grande industrial mexicano, fabricante de pão de caixa, pede a palavra. Que nos leva ao piso superior do edifício mais alto de seu combinado industrial e desde aí, por uma ampla ventania, nos mostra com o dedo a amplitude territorial de seu império econômico. Nos diz: “Olhem vocês: desde o que hoje é a avenida Sete até a por mim construída avenida Luis Vives, aqui não tinha nada, eram isoladas. Entenda-se bem: antes de minha iniciativa, aqui não tinha nada, agora, depois de minha iniciativa e por causa de minha iniciativa, aqui tem um empório de riqueza, a empresa mais prospera desta cidade. Repito: antes de minha iniciativa não tinha nada, depois dela tem riqueza. Portanto, eu a fiz. Portanto, é minha. Se lhes oferece algo?”.

Nos interrompe o magnata: “Pois todo o comprei a seu justo valor. Com outras palavras: o adquiri mediante contratos nos que ambas as partes contraentes estiveram livremente de acordo”.

Esse é precisamente o ponto débil e insustentável de seu racionamento. A única maneira de enriquecimento é comprar barato e vender caro. Indevidamente supõe você que a sociedade aceitou de bom grado que você e seus congêneres se enriqueceram ficando ela submetida aos mandatos e a força que o capital impõe. Vejamos em detalhe. Os camponeses que lhe venderam o trigo não tinham outra alternativa. Ou aceitavam o preço que você estava disposto a oferecer, ou se lhes poriam suas colheitas e eles morreriam de fome.

Aceitaram aos múltiplos contratos de venda de suas colheitas incluídas felicitando-os de ter encontrado um comprador, pois objetivamente não se pode falar de liberdade contratual quando a disjuntiva é passar fome e miséria. Nada de emoções. Não se trata de enternece-nos ante o sofrimento camponês. Isto não é retórica senão argumentação racional. Os moralistas do estabelecimento têm passado completamente por alto este fato: quando me ameaçam com fome e miséria minha aquiescência não é livre; para a validez ou invalidez do contrato, é igual que se me ameaçarem com uma pistola.

Agora, os vendedores de força de trabalho, os operários, frente ao oferecimento do emprego que você lhes fazia tinham esta alternativa: os desempregos trazem aparelhados. Com outras palavras: o firmavam o contrato de trabalho com você seja quais forem suas estipulações, ou afrontavam a fome e desastre familiares e suas mulheres e seus filhos. É uma zombaria grotesca falar de que o contrato de trabalho é livre. Os trabalhadores terão o fato a festa quando conseguiram emprego estável

na empresa de você, pois em termos de estrita moral não pode falar-se de que acedem livremente quando a alternativa era a fome.

Fixa-se que falo na tessitura da moral mais tradicional: se as partes não entram no contrato com liberdade e conhecimento da coisa, o contrato é invalido e todos seus efeitos também. Os efeitos são a riqueza de vocês.

E enquanto ao mercado, enquanto aos consumidores: nunca se nos pergunta se estamos de acordo no preço de um pedaço de pão de caixa. O pagamos ou não abstemos de pão de caixa. Certo que estamos em liberdade de comer fogo (o bolinho); pois tampouco se nos pergunta se estamos de acordo no preço do bolo. Ou pagamos ou nos abstemos de comê-lo. Certo que ficamos em liberdade de comer torta; pois tampouco se nos pergunta se livremente aceitamos o preço do bolo. E de todos os modos necessitamos comer alguma das três coisas; esse não está em discussão, se trata de uma necessidade orgânica. Qual liberdade?

A riqueza de que você ufana não pode nem poderá adquirir-se se não é mediante milhões de contratos explícitos ou implícitos: de compra e venda de matérias primas, de compra e venda do produto terminado. A única fonte possível de enriquecimento é o ir-se ficando com a diferencia. E bem, esses contratos são inválidos porque o consentimento da contra parte débil está afetado ou pela constrição violenta das circunstancias ou pela ignorância radical do que está fazendo (ignorância quer todas as instancias ideológicas cultivam) ou por ambas coisas às vezes.

Pelas classes, como temos visto. E também em conjunto: é absurdo supor que a sociedade livremente aceita que um pequeno grupo adquira, paulatinamente ou de repente, a força que adiante lhe permita impor-lhe sua própria vontade a sociedade inteira. Se formalmente

consentiu, é evidente que não sabia o que estava fazendo, que a enganaram ocultando-lhe o verdadeiro significado dos atos. E enganou ou ignorância basta para invalidar um contrato.

Nosso industrial talvez objete: pois eu comprei as matérias primas e a força de trabalho ao preço do mercado; e vendi meu pão ao preço do mercado, ao que se vendia o pão no país.

Em primeiro lugar respondo: isso não afeta a questão moral supradito absolutamente em nada: os contratos não foram subscritos por entre ambas as partes com liberdade. O preço da mão de obra no mercado de trabalho se lhe impõe ao operário, e assim os outro dois preços aos correspondentes contraem débeis.

Pois, em segundo lugar, aqui já estamos tocando o nervo sistemático da questão. A doutrina medieval sobre o preço justo é aqui donde mostra sua superficialidade e ao mesmo tempo sua pertença ao estabelecimento. Dizíamos que o preço do mercado se lhe impõe ao contraente débil. O preço do mercado sempre tem que ser o que lhes permita aos empresários fazerem ganância; o qual significa que o impõe os empresários, que o impõe o capital. Que o impõe o sistema, pois o sistema consiste precisamente em que os capitais possam obter a ganância.

Esse é o preço justo segundo a doutrina medieval o que lhe permite a cada um viver de acordo a sua posição social. Que tem que ter diferentes posições sociais, se supõe. Pois a posição social diferente dos ricos so pode existir na medida em que obtenham ganâncias. Com outras palavras: quando se supõe que tem um preço justo, se comete a petição de princípio de supor que tem maneira legitima de adquirir riqueza diferenciante. Precisamente o que a Bíblia nega. Não pode ser

legitima nenhuma das maneiras porque necessariamente lhes impõe os termos do contrato aos contraentes débeis, e com isso faz que o contrato seja invalido e todos seus efeitos também.

Os ideólogos do estabelecimento (os *Chicago boys* e, mais antigo, toda a escola clássica de economia) deliberadamente fazem confusão sobre quem determina os preços, para que os explorados criam que se determinam so ou por causa da natureza mesma. Algo assim como se os determina Deus e, portanto, fossem inapeláveis. Pois em economia mercantil o preço do mercado deve ser tal que lhes permita aos capitais obterem ganâncias; se não, não invertem. Portanto, o determinam os ricos e ninguém mais.

Se houvesse verdadeira liberdade e conhecimento de causa, os operários se negariam a trabalhar exceto se lhes assegura o mesmo nível de vida dos empresários. Acabaria-se automaticamente a riqueza diferenciante.

Objeta o potentado: pois se tem intercambio de mercadorias, algum preço justo tem que ter.

Replico: agora se tocamos fundo. O que está em questão é se pode legitimamente existir um sistema em que os recursos e a atividade produtiva se destinam ao intercambio, quando é possível estabelecer um sistema em que os recursos e a atividade produtiva se destinem exclusivamente a satisfação das necessidades da povoação. O primeiro necessariamente implica que se lhes impõe pela força aos contraentes débeis um preço tal, que aos contraentes fortes lhes permita adquirir riqueza diferenciante.

É a exploração sistemática do estabelecimento passavam por alto que a aquiescência contratual não é livre quando me ameaçavam com fome, porque pensavam que essa é a ameaça natural, a da necessidade que todos temos de trabalhar. Pois a necessidade que todos temos é de trabalhar para a satisfação das necessidades, não para que uns quantos se enriquecem as costas dos demais e dominem aos demais. Se não tivessem baixas a violência e ignorância cultivada, os proletários automaticamente se recusariam a trabalhar para o enriquecimento de uns quantos; o sistema capitalista deixaria de existir no mesmo momento.

Ainda dentro mesmo do capitalismo é falácia patente o argumento que diz que o empresário merece ganância pelo risco que toma, pois o valor do produto é exatamente o mesmo se tomaram riscos que se não se tornaram; assim se vê que o puro fato de tomar riscos não cria valor no produto, não se lhe assinala nada; não se legitima em forma alguma a colher uma parte do produzido para remunerar com ela uma atividade em que não contribui em nada ao valor do produto.

Pois a verdadeira questão é se deve existir um sistema em que alguém tem que tomar riscos, quando podemos produzir exatamente os mesmos bens em um sistema sem inversão individual e sem risco de ninguém. Defender o primeiro seria ou masoquismo do perigo ou mero pretexto para se honesto uma riqueza diferenciante que acriticamente se supõe legitima e pós o fato se lança mão seja do sofisma do risco seja de qualquer outra aparente justificação.

O que está sempre no fundo, dirigindo desde aí os movimentos da superfície, é a convicção da riqueza diferenciante como indiscutível; é mera continuação histórica. Do conhecimento de que uns nascem para amos e outros para escravos, uns para viver em nível superior e outros

para viver em nível inferior. Por isso o que a Bíblia ataca diretamente é a riqueza diferenciante. De um determinado tipo de trabalho o primeiro que tem que esclarecer é se necessita ou não se necessita. Se não se necessita, que se suprima. Pois se necessita, nada nem ninguém poderão legitimar que a seu executor se lhe castigue com inferior nível de vida.

Outro mero pretexto como o do risco é o dizer que o capitalista contribui a produção fazendo o trabalho cerebral. Sem embargo, como diz bem Frank Cunningham, o capitalista não tem em realidade nenhum trabalho, nem cerebral nem manual, se não quer; pois pode contratar outras pessoas para fazê-lo. A maior parte desse trabalho cerebral não contribui em nada a efetiva produção dos bens senão consiste em dar idéia dos modos de montar o dinheiro, de criar-lhe necessidade artificial ao consumidor, de exprimir ao trabalhador, de mercador mais habilmente, de expulsar do mercado aos competidores, etc. Pois no caso de que efetivamente contribua a produção, esse aporte é de uma pessoa entre outras muitas cuja contribuição e trabalho se necessita combinadamente pata fazer um produto. Que se lhe remunere com um ingresso, como se remunera a todos os demais.

Como nada justifica que certos tipos necessários de trabalho se penalizem com inferior nível de vida, resulta obvio que a convicção da riqueza diferenciante é mera prolongação histórica da convicção escravista de que uns nasceram para viver em nível inferior. Assim a perceberam indubitavelmente os autores da Bíblia, e Jesus Cristo com eles. Daí sua implacável condenação da riqueza diferenciante. O porquê do comunismo? Porque qualquer outro sistema consiste em que uns homens, mediante imposição dos diversos preços, explorem e despojem aos outros. Não mais por isso.

2.2. ORIGEM ESPÚRIA DE TODA RIQUEZA

Dizíamos que Mc 10,25; Lc 6,20. 24; 16,19-31; 1,53, necessariamente implicam que não pode ter maneira legitima de alegar riqueza diferenciante, pois de outro modo não se explica que castiguem aos ricos pelo so fato de ser ricos. Pois, segundo Jesus Cristo, a mesma condenação da riqueza enquanto tal se encontra no Antigo Testamento (Lc 16, 29. 31). Necessitamos comprová-lo, pois o material é de tal maneira obvio e abundante que nos permite visualizar os prodígios de tergiversação e de voluntária cegueira que os teólogos e exegetas e ainda os tradutores da Bíblia tem tido que despregar para acalentar um livro que o único que queria era mudar o mundo e suprimir a injustiça.

Os evangelistas tomam sua terminologia da tradução grega do Antigo Testamento elaborada no século II ªC. pelos famosos LXX (Septuaginta). Em grego, riqueza se diz **ploutos**; rico plousios; enriquecer **plouteo** ou **ploutizo**. Esse grupo de palavras, essa raiz, aparece em LXX mais ou menos 180m vezes. 76 vezes traduz a raiz hebraica **ashar**, 14 vezes a raiz hebraica **hail**, 7 vezes a **hamon**, 6 vezes a **hon**, e o resto corresponde a traduções equivocadas ou a partes do Antigo Testamento não estão em hebraico.

Já é notável a distribuição quantitativa das ocorrências da raiz **plout**: seis vezes no Pentateuco, 9 vezes nos livros históricos pré-monarquicos. Pouquíssimos. O forte vem nos livros históricos da monarquia, nos

profetas, nos salmos e nos livros sapienciais. Hauck e Kash explicam bastante aproximadamente: no antigo Israel, como no mundo de Homero, tem fome (Gen 41ss), pois não questão social (Th.W.N.T. Vol VI, 321).

Afinemos: o fato histórico é que no primitivo Israel não havia contrastes sociais, ou seja, não havia riqueza diferenciante. Por isso se fala tão pouco da riqueza; e incluído se a economia: é riqueza de todo o povo (por exemplo, Dt 28,1-14). Em troca, apenas se entra ao terreno histórico da riqueza diferenciante, a condenação dos ricos enquanto tais é um tema central, e sem brechas, na genuína tradição do Antigo Testamento, ou seja, porem não chega a época da influencia helenista nos livros sapienciais.

Um fato massivo que a exegese não se tem atrevido a olhar um marco a marco é a identidade entre o rico (eshir) e o injusto (resha); é tão sobre entendida, que os autores sacros muitas vezes já não necessitam dizer os ricos, lhes basta dizer os injustos.

Documentação com Is 53,9. Os dois primeiros estiquios fazem entre si paralelismo sinonímico (que é típico e muito freqüente na Bíblia), e os dois últimos entre si também:

> *"Puseram seu tumulo com os injustos,*
> *e seu sepulcro com os ricos,*
> *ainda que não cometeu opressão,*
> *nem teve engano em sua boca".*

O leitor percebe a naturalidade da sinonímia na mente do autor, o altíssimo grau de sobre entendido que tem a identidade entre os ricos e os injustos. O fato real e colocado diante do qual se encontra Isaias é

que ao servidor de YHWH o tinham enterrado no cemitério dos ricos e não no campo santo dos pobres os quais são sepultados os seus mortos diretamente na terra. Isso lhe parece indigno, por que o servidor nunca havia cometido nem opressão nem engano, que são, por definição, características dos ricos. O paralelismo sinonímico consiste em dizer a mesma idéia duas vezes, pois a segunda não como as mesmas palavras que a primeira.

A manobra escapista começa com os editores modernos mesmos da Bíblia Hebraica. Os textos firmem não puderam modifica-lo porque os acusariam de falsários, pois em nota de rodapé propõem que suspeitemos que o texto se corrompeu através dos séculos. Esforçam-se por fazer nos ler **osse ra** em lugar **ashir** que é o que está no texto. Assim temos fazedor de mal em vez de rico, e a identidade seria entre os injustos e os ricos. Se lhes esquece que não tem cemitérios especiais para fazedores de mal. Que lhe parece ao leitor a engenho que desenvolve o estabelecimento para poder seguir considerando a Bíblia como seu livro sagrado sem o recorrente sobre salto de encontrar que se condena aos ricos pelo fato de ser ricos?

A tradução de Claus Westermann (na influente coleção Altes Testament Deutsch) também põe malfeitores e se tiram os problemas. A Bíblia de Zurique, que é a mais divulgada tradução alemã, também põe malfeitores e nem explicações ela dá. A Nova Bíblia Inglesa, que á a melhor tradução para o inglês (Oxford, e Cambridge), por si e ante si substitui por lugar de mortos entre os ricos por e seu sepulcro com os ricos(um lugar sepulcral entre o desejo da humanidade), e assim faz desaparecer igualmente a sinonímia entre os ricos e injustos.

A tradução espanhola de Nácar - Colunga, assim mesmo, escreve malfeitores donde o texto de Isaias diz rico. O mesmo a de Alonso e

Mateos. A tradução de Bover-Cantera diz corruptos em lugar de ricos. Enfim, belezas sem números. Aproveito o momento para rogar-lhe ao leitor que não se fie das traduções divulgadas. No presente escrito todas as citações bíblicas se traduzem diretamente dos originais.

Muitos comentários do Antigo testamento têm dedicado centenas de páginas ao problema que para os autores sagrados constitui o fato de que os injustos (**reshaim**) prosperem e gozem de boas coisas sem que Deus intervenha para castigá-los. Pois esses teólogos têm enfocado mal todo o problema e desde o princípio o entenderam mal, como veremos ao princípio de nossa seguinte seção. Os autores sagrados sabem que toda riqueza diferenciada é mal tida e necessariamente se obteve despojando e oprimindo ao resto da povoação, por isso ser rico é ser injusto. Os autores sagrados anelam que YHWH intervenha para restabelecer a justiça despojando aos despojadores. Seu problema do mal é o problema social.

Pois venhamos ao tema central do Antigo Testamento. Não se pense que, quando Amós ataca aos que acumulam rapina e despojo em suas mansões (Am 3,10), se refere a alguns ricos em particular, a determinados indivíduos que para enriquecer-se cometeram alguma extorsão ou fraude especial que outros ricos não cometem. Imaginar-se isso tem sido o grande recurso desonesto da teologia. A realidade mostra que Amós tem diante de si são as mansões e palacetes dos ricos da cidade, esse, e nenhum outro, é de fato real cujo comentário faz Amós mediante invectivas. Tampouco Is 53, 9, se referia aos túmulos de determinadas pessoas ricas em especial. Quando Amós diz rapina e despojo, fala de toda riqueza diferenciante é toda riqueza o que está diferenciando e definindo.

Não tem nos textos nem um só dado que permita supor que alude a certos ricos em particular ou a certos modos de enriquecimento em contraste com outros. É zombaria que a teologia trate de reduzir todas estas diatribes proféticas ao anedótico, a circunstâncias especiais. Se as houvera, não é perfeitamente obvio que o livro as faria constar para justificar o arrebato furibundo do profeta? O método da teologia escapista resulta anticientifico como poucos: como se pudera um apelar a circunstâncias especiais sem estar obrigado a dizer quais são. O mesmo sucede com Jer 6, 6-7 donde se descreve Jerusalém assim:

Tudo é opressão em meio dela.
Como um poço jorra água,
Assim ela jorra a sua maldade.
Rapina e despojo se ouvem nela,
Sem cessar diante de mim quebranto e prejuízo.

Não tem nem no texto nem no contexto dado algum quer nos permita conjecturar que no momento desta catilinaria se cometiam na cidade especiais extorsões violentas ou execuções de índole mais cruel que as ordinárias. Se existiram, no livro de Jeremias as consignariam, como o faz efetivamente sempre que se trata de algum incidente particular, para introduzir em forma plausível o estalido de Jeremias de indignação. O que o profeta está vindo em Jerusalém é a vida normal de uma cidade em que os ricos se fazem ricos e os pobres seguem em sua miséria. A isso chama Jeremias de opressão, rapina e despojo. Idêntico caso é a de Hab 1, 3-4. Se queixa com Deus:

Porque me fazes ver iniqüidade
E tenho que presenciar vexames,
E atropelo e despojo ante meus olhos?
Pendência tem e altercado se suscita.

Pois desaparece a lei
E o direito não aparece nunca.
O injusto encurrala ao justo,
Por isso aparece o direito torcido.

Uma vez mais: nem o texto nem o contexto dão pé para atribuir esta andada a alguma situação especial. O que Habacuque tinha diante dos olhos é a vida ordinária de uma cidade como Jerusalém. A esse funcionamento ordinário da cidade o profeta o chama atropelo e despojo. O verdadeiro direito, diz, não aparece nunca: como o injusto tem encurralado ao justo, o que aparece é o direito torcido. Evidentemente o direito torcido é a oficial legalidade da exploração, a livre aceitação contratual que fazem os débeis e imponentes por que não lhes fica outro remédio; ninguém tem sabido diferentemente interpretar o encurralamento de maneira plausível.

Pois declarar que o injusto rodeia ao justo de testemunhos falsos e outros ajudantes (Karl Elliger), é não captar a generalidade que o profeta dá a sua denúncia, e deixar o v 4 desconectado do despojo do v 3. O aproximamento e a falsa legalidade (direito torcido) tem como efeito o despojo. Os esforços dos comentaristas andam buscando alguma situação rara e especial, quando a intencional generalidade do texto é evidente por e direito não aparece nunca. Quer descrever uma situação que é constante.

O que temos visto nos textos anteriores sucede por igual em Ez 45, 9 ; Is 59, 7; e 60, 18: a rapina e o despojo que denunciam não podem atribui-se sem arbitrariedade incontrolável a situações peculiares ou a grandes opressores especiais cuja identificação fique pendente. Quando se trata de incidentes ou pessoas particulares, os livros proféticos cuidadosamente os assinalam. Os profetas têm sido lido com vontade de

não entender, com o desejo de que o lido não se aplique à situação dos leitos; por isso se sugere adivinhar algum crime muito particular contra o qual se descarregue o tranqüilo profético. Sem especificá-lo.

Igualmente condenatório da vida ordinária de uma cidade, ou seja, do enriquecimento ordinário dos ricos, é Am 5, 7. 11, que se refere a mesma mudança do direito, que acabamos de ver em Habacuque:

> *Os que convertem o direito em amargura*
> *E tiram por terra da justiça [...].*
> *Portanto, porque pisoteais ao pobre.*
> *E lhe vais tirando porções de trigo,*
> *Construireis casas de silos,*
> *Pois não as habitareis;*
> *Vinhas seletas que plantastes,*
> *Pois não bebereis de seu vinho.*

Casas de silos é designação das casas dos ricos. A razão para que possam edificar casas magníficas é porque pisam ao pobre e lhe vão tirando pouco a pouco o pão da boca. Inclusive, o substantivo masse, et, se nos fixamos em Gen 43, 34, deveriam os dicionários traduzi-lo por pequena porção e não simplesmente porção. Amós analisa com perfeita perspicácia a origem da riqueza diferenciante: acumula-se a base de ir-lhes tirando às pobres pequenas porções de seu ingresso. Os ricos têm podido construir mansões, precisa e unicamente pelas permanentes formas que lhe impõem ao nível de vida dos pobres.

Todo em perfeita legalidade, naturalmente; por isso diz Amós que convertem o direito em amargura. Na seção anterior víamos que os preços se lhe impõem a povoação de tal maneira que os capitais possam ir obtendo ganâncias, já se trate dos preços da matéria prima, já das

mãos de obra, já do produto vendido ao consumidor. Antes se põem essa análise na seção precedente, foi porque os profetas nos dizem essa mesma analise com outras palavras. As quantidades de trigo dos pobres (v 11) não devem separar-se, como intenta a exegese rotineira, do direito convertido em amargura (v 7): a operação do despojo é a legal, a habitual, a que se consuma todos os dias baixo aprovação da lei e dos costumes.

O intento de fazer anedotas é assinalada impossível neste texto de Amós. Ninguém pode pensar que os ricos tinham gente armada para fazer incursões permanentes pelas casas dos pobres tirando-lhe a cada um só pequenas porções de seu trigo. À parte de que esse não seria respeitando o direito senão transgredindo o direito do país.

Hans Walter Wolff, que é o mais prestigiado comentarista de Amós e Oséias, quando chega ao problema de situar Am 5,1-17, se declara vencido: De nenhuma maneira as palavras de Amós desta seção podem dizer-se com precisão onde foi pronunciada (BKAT, XIV, 2, p 275). O curioso é que a exegese ande em busca de ser particular, quando é manifesta a intenção profética de descrever e condenar um estado de coisas geral e constante.

Não tem nem a mais exígua probabilidade a exegese que traduz masse et como tributo, no texto citado, com a intenção sinuosa de aplicar esta filípica de Amós exclusivamente contra os governantes. Os únicos dos textos que os dicionários aduzem em favor dessa tradução (que deixaria os ricos a salvo), são Ez 20,30 e II Cron 24, 6. 9: pois em ambos se trata de porções oferecidas a YHWH em oferecimento sagrado. Nunca significa esse substantivo uma contribuição civil. Por tanto é anticientifico (e escapista) traduzi-lo aqui como tributo.

As pequenas porções de seu trigo em Am 5,11 não podem consistir senão no que lhe falta ao salário dos jornaleiros, o que falta a compra do consumidor porque o preço é alto, o que se leva de mais o grande comerciante que compra a preço baixo à colheita que os pequenos cultivadores vedem abstendo-se de consumi-la. São precisamente os três canais de enriquecimento que nossa seção precedente assinala como dominados pelo preço que em cada um determinam os contraentes fortes. Qualquer outra interpretação que se de em Amós 5, 7.11 teria que inventar, por sua conta e sem base textual, toda uma novela sobre incursões com a característica sem precedentes de que não saqueiam as reservas de trigo senão tomam delicadamente uma pequena porção.

Para que a ninguém se lhe ocorra o subterfúgio de pensar que os ricos de Jerusalém mereciam a andada de Amós por ser particularmente perversos em seus métodos de enriquecimento, é de saber que em Amós 5, 7. 11 se pronuncia contra Siquém e Samaria.

Também Miq 2,1-2 explica em geral a origem da riqueza; para isso emprega o verbo **ashaq**, que com toda precisão, significa apoderar-se violentamente do alheio, oprimir, roubar o débil arrebatando-lhe o que se lhe deve (veja-se o verbo em Mal 3,5; Ez 18,18; 22,29; Lev 5,21; 19,13; I Sam 12,13-14; Sl 105,14; Jer 7,6; Os 5,11; 12,8; Am 4,1; Jer 21,12; Sl 72,4; etc). Nesse verso está a idéia estrita de exploração. Diz Miq 2,1-2:

> *Ai dos que tramam iniquidade,*
> *Que pensam o mal em seus leitos,*
> *E ao despontar a manhã o levam a cabo,*
> *Porque está em poder de suas Mãos.*

Cobiçam campos e os arrebatam,
Casas e a roubam com elas;
Exploram ao varão e a sua casa,
Ao homem e a sua herança.

Se não inventamos novelas para desviar a mensagem para o anedótico, o fato de que Miquéias tem diante é o ordinário enriquecimento de uns e o empobrecimento dos outros. Considere-se esta outra condenação, formulada em Is 5,8:

Ai dos que amontoais casa com casa
e campo com campo juntais,
até ocupar todo o lugar e ficar a sós no meio do país.

O fato real e que a isto se refere esta reprovação é exatamente o mesmo que Miquéias enfocava: que os ricos têm cada vez mais propriedades. Segundo os profetas este fato não se pode explicar senão porque os ricos exploram e fazem violência ao resto da povoação. Note-se que ambos textos transcritos se continuam imediatamente com o castigo aniquilador que YHWH envia (Miq 2,3-4; Is 5,9-10). Quer dizer que ambos consideram os simples enriquecimentos especialmente perversos, como seria falsificação de escrituras ou assassinato dos legítimos donos: o criminoso é acumular uma casa após a outra, levar um terreno após o outro; ou seja, enriquecimento. Cristo sabia muito bem o que dizia quando ao rico da parábola se lhe respondia que a condenação dos ricos está clara nos profetas, e em geral no Antigo Testamento. Veja-se o paralelismo sinonímico do Sl 62,11:

Não confieis na exploração e no despojo não vos ilusioneis,
Na riqueza que cresce não ponhais o coração.

A riqueza que cresce, ou seja, os enriquecimentos, são sinônimos com o despojo e a exploração. Nos autores do Antigo Testamento é coisa perfeitamente sabida que ninguém pode enriquecer-se sem estar caladamente despojando e explorando ao resto da povoação. Só a um imenso trabalho ideológico e falsificatório podem dever-se que no Ocidente se tenha sepultado no esquecimento uma convicção que para a Bíblia é tão central e tão evidente.

Também Jer 5, 27-28 nos explica como se origina a riqueza dos ricos:

Como jaulas cheias de pássaros,
Assim estão suas casas cheias do defraudado:
Assim é como se tem engrandecido e enriquecido.
Engordaram, reluziram;
Foram mais alem das palavras de maldade:
Não fizeram justiça, o direito do órfão eles atropelaram,
A justiça dos pobres eles não respeitaram.

Maior coisa explicita não se pode pedir: a riqueza se adquire defraudando ao resto da povoação, atropelando a justiça e o direito dos pobres. A única realidade, o fato dado que Jeremias tem diante ao lançar esta invectiva são as casas dos ricos, a riqueza dos ricos. É tanto claro que nenhum outro dado objetivo dá pé a estas invectivas (cuja lista poderia ser sem desculpas), que alguns exegetas avessos preferem explicar-se pela forma rústica inata desses indivíduos chamados profetas que não poderiam ver abundancia e luxo sem estalar em insultos.

Para refutar essa explicitação basta assinalar que os profetas especificam o despojo dos pobres, o engano e a injustiça como única origem possível da riqueza; por tanto seu móvel é moral, pura indignação contra a injustiça. E estranha que esses exegetas se digam cristãos quando consta (nossa seção precedente) que Cristo fez sua essa condenação profética da riqueza.

Se os tranqüilizadores teológicos de consciências não têm sentido aniquilados por essas condenações proféticas inequívocas, é porque inventaram que se referiam a algum grupo específico de ricos que cometia, num momento e lugar determinado, fraudes e atropelos que não são a maneira ordinária de fazer riqueza. Subterfúgio cientificamente insustentável. É como se as condenações bíblicas da luxuria e o adultério puderam anular-se postulando que se referem a certos indivíduos particulares que cometiam luxurias e adultérios especialmente perversos. E como se a condenação do assassinato aludira a certos homicídios históricos que revestiram especiais malicias.

Se o recurso da piada é legitimo, se um pode apelar a circunstâncias especiais sem indicar quais são, então a Bíblia não pode ensinar-nos absolutamente nada, se converte num estranho livro de anedotas vagas (pois ninguém precisa as circunstâncias concreta), numa insólita coleção de curiosidades históricas cuja inserção na historia real, por demais, fica em suspenso.

Não, o que Jesus Cristo tinha diante dos olhos ao pronunciar as palavras transcritas era o espetáculo normal da riqueza da minoria em contraste com a situação da maioria da povoação. Dessa riqueza enquanto tal afirma que se adquire a base de injustiça e despojo sistemático.

O porquê do comunismo? A ver se entendem razões os anticomunistas. Porque qualquer outro sistema é estritamente imoral, porque qualquer outro sistema consiste em despojo forçoso e incessante da maioria por aqueles que vivem em nível superior convencidos de que os demais nasceram como seres inferiores. Por que se castiga aos ricos sem mais delito que o de ser ricos? Porque o fato mesmo de que não percebam que vivem do despojo se deve ao desprezo que lhes impede entender que aos demais seu trabalho lhes confere exatamente o mesmo direito de viver bem.

Porque os ricos herdam historicamente a mentalidade dos amos da sociedade escravista ainda que as formalidades jurídicas tenham mudado. Por que se premia na parábola a Lazaro sem mais mérito que ser pobre? Porque a criação, assim como historicamente vem, o tem penalizado sem culpa sua de nenhuma espécie; ele não pediu vir ao mundo; por culpa dos ricos seu direito a viver bem tem sido desapiedadamente atropelado pela roda da criação que Deus lançou a andar. A teologia tem sido um engano. Por não se atrever a ler os profetas e a Jesus Cristo.

As numerosas descrições proféticas da riqueza são, todas elas, condenatórias. Não todas explicam (como as mencionadas e Miq 3,9-11; Am 2,6-8, etc) que a riqueza se adquire por despojo e engano e injustiça, pois todas condenam a riqueza; o qual implica que a consideram ilegitimamente adquirida sem exceção e por princípio. Não necessitam investigar em cada caso a biografia do rico concreto em questão, não necessitam examinar a história da fortuna concreta em questão; sabem que nenhuma riqueza diferenciante é adquirida sem despojo e engano.

Certos biblistas do estabelecimento lhe dão a insinuação avessa da rusticidade uma investidura aparentemente mais respeitosa: dizem que o móvel dos profetas é a forma de simplicidade com que o povo de Israel vivia no deserto quando YHWH os libertou do Egito. É uma superficialidade atroz, no melhor dos casos. O motivo dos profetas é clara intelecção da injustiça que os ricos comentem, e explicam sua analise moral de tal maneira que distraímos com a idéia de saudade resulta tristeza, especialmente sabendo que a travessia do deserto havia ocorrido cinco ou seis séculos antes e nenhum dos profetas ou dos avós dos profetas presenciou tal acontecimento.

Fizeram-se referência às gerações do deserto é porque durante elas não tinha no povo de Israel riqueza diferenciante. O que certos profetas evocam é isso: uma sociedade sem contrastes sociais, sem classes.

Apesar de que participam nessa insustentável insinuação de nostalgia, Hauck e Kasch fazem sobre a crítica classista dos profetas a seguinte comprovação objetiva que por isso mesmo resulta valiosa e que nos pode servir para terminar nosso tratamento dos profetas.

> *Pois essas impugnações que os profetas reiteradamente fazem a classe alta (Jer 5,26-31; Ez 22,6-13; Am 3,10; 5,7-12) são estereotipadas, ou seja, não se dirigem contra indivíduos senão contra a classe quanto tal. Isto o demonstra também as predições de calamidade, que igualmente se endereçam, não contra os indivíduos senão contra os grupos (Is 3,1ss; 3,16-4,1; Jer 5,26-31; Ez 22,24-31; Am 5,7-12; Miq 2,1-11) e expressamente incluem aos ricos: estes se precipitarão no inferno a uma com toda a opulência e esplendor de Jerusalém (Is 5,14);*

a riqueza dos ricos se desvanecerá como o pó (Is 29,5); a rica cidade ficará devastada e erma (Is 32,12ss); as mulheres nobres serão despojadas de sua posição social (Is 32,9-14) (Th. W. N. T. Vol. VI, 322).

Que por impugnar a classe social e não aos indivíduos devam as reprovações proféticas chamar-se estereotipadas, é um prejuízo e de Hauck e Kasch; e nos textos que mencionam nada tem de estereotipadas. Pois o fato mesmo de que a condenação da riqueza chegue por momentos a estereotipar-se no Antigo Testamento, demonstra que já é absolutamente indiscutível a convicção de que a riqueza diferenciante não pode adquirir-se por meios legítimos.

2.3. PROBLEMA DO MAL: PROBLEMA SOCIAL

Os pobres não pediram para vir ao mundo. Seus sofrimentos, privações e humilhações são completamente imerecidos. Como Deus foi quem lançou a andar a máquina da criação, certa responsabilidade deve sentir ainda que são os ricos quem tem a culpa da injustiça que se comete aos pobres: Nunca esqueçais a vida dos teus pobres, diz YHWH no Sl 74,19. Essa teologia da responsabilidade da criação é a que esquecem os comentaristas que tantas páginas tem dedicado ao problema bíblico do mal. O pobre tem de ser pobre: escuta-me, YHWH, e responde-me, por que sou pobre e indigente (Sl 86,1).

No Sl 37, que segundo esses comentaristas é talvez o mais típico do problema do mal, de nenhuma maneira se trata somente de que os injustos (os ricos) prosperam. Essa é só a metade do problema. Tanto ou maior ênfase se põe na necessidade de que os pobres se apoderem da terra: e se apoderam da terra dos humildes (v 11); os justos herdarão a terra (v 29); te exaltará para que te apoderes a terra (v 34). É assombroso que os comentaristas não caiam na conta de que são os pobres os que falam nas passagens per eles citados.

Com uma mentalidade sideralmente distante de identificar-se com os pobres, não podiam entender nada, naturalmente. O problema é que os ricos se têm apoderado da terra e não deixam viver ao resto da povoação. Pois como aos comentaristas o só mencionar luta de classes lhes parece abominação, decididamente isolar anticientificamente uma questão química: os maus prosperam.

Se lhes esquece que maus ou injustos (reshaim) é simplesmente outra maneira de designar aos ricos, como o demonstra Is 53,9 que estudamos no principio da seção precedente. Seria muita casualidade que precisamente os injustos prosperam. O Sl 49, que segundo esses comentaristas é também dos mais típicos do problema do mal, não diz não temas quando o injusto se enriquece, senão que:

> *Não temas quando o homem se enriquece,*
> *Quando aumenta a opulência de sua casa (Sl 49,17).*

O problema não é, como a exegese tem crido, que precisamente os maus ou injustos se enriquecem (vai coincidência), senão que se enriqueçam certos homens quaisquer, aos quais se lhes chama maus ou injustos precisamente porque se enriquecem, porque já se sabe que

toda a riqueza diferenciante é fruto de injustiça e despojo. Por isso diz: não temas quando o homem se enriquece.

O texto de Jó 20, que segundo esses mesmos exegetas, compete com o Sl 37 em tipicidade, não deixa lugar a dúvidas sobre em que consiste a maldade dos malvados:

> *Porque oprimiu e abandonou aos pobres,*
> *Por isso roubou casas em vez de construí-las (Jó 20,19).*

É a mesma descrição que os profetas faziam da riqueza dos ricos. Portanto, não é que a maldade dos maus consista primeiro em outra coisa e depois esses, como por acrescentar, se enriqueceram; senão que sua maldade consiste em enriquecer-se, pois o enriquecimento é impossível sem opressão e exploração dos pobres. Por isso diz o mesmo capítulo:

> *Aos pobres terão que restituir seus filhos,*
> *Suas mãos haverão de devolver a riqueza.*
> *Devolve sua ganância sem traga-la,*
> *do fruto de seu comercio não desfruta (Jó 20,10 .18).*

Tem-se que restituir é porque roubaram aos pobres; o problema não é simplesmente que se enriquecem, como se essa riqueza não sairia de nenhuma parte. Com todas suas letras o diz o verso 19 que acabamos de transcrever: as casas dos ricos não a construíram eles senão que as roubaram mediante o método de oprimir e explorar aos pobres e depois abandonar-los.

Reconsidere-se o Sl 37 que é o mais característico: assim como o Sl 49 não dizia quando o mau se enriquece senão quando o homem se enriquece, assim o Sl 37 não diz te indignes quando injusto prospera senão não te indignes contra o que prospera (Sl 37,7); e assim como Jó 20 explica a opulência do rico por opressão dos pobres, assim o Sl 37 relaciona a prosperidade de alguns com o fato de que tirem a espada “para abater ao pobre e ao indigente” (Sl 37,14).

Quem tem lido aos profetas não pode duvidar que essas são descrições dos ricos, não de quem sabe que maus cuja malicia consista em alguma outra coisa. Tenha-se em conta que estou citando precisamente aquelas partes da Bíblia que os comentaristas reconhecem como documentos do problema do mal. Outro deles é Jó 24; ao chegar a ele não sai um de seu assombro: é uma descrição implacável da exploração que sofrem os pobres pela mão dos ricos, assinalando incluído aos jornaleiros que com seus pés “ prensam o vinho pois eles mesmos passam sede “ (v 11), que “ no campo recolhem o pasto do dono e vindimam a vinha do injusto” (v 6), “ nus vão , sem roupa, e famintos colhem os brotos” (v 10).

A queixa do capítulo é contra os que “se levam o asno dos órfãos e tomam em prenda o boi da viúva” (v 3), de maneira que “todos os pobres da terra se escondem” (v 4). Que neste capítulo a exegese não tenha visto acuados os ricos, é realmente o máximo. A descrição da situação dos operários não contém traços que permitam pensar em patrões peculiarmente maus em algum sentido especial desta palavra; é a exploração ordinária que padecem os pobres.

E se esse capítulo, por consenso dos exegetas, é característico do problema do mal, o problema do mal resulta ser o problema em sua mais pura expressão. É demasiada coincidência que nenhum desses

documentos possa falar dos maus sem mencionar aos pobres como contraste; evidentemente se trata dos ricos.

Mudemos agora para todo o saltério, mais alem das partes habitualmente reconhecidas como documentos do problema do mal, esta questão importante sobre a identidade dos *reshaim*. Como no saltério ocorre 52 vezes a palavra "justos" *(sadiqim*) ou seu singular, frente a 82 ocorrências de r*eshaim* ou seu singular, em Marx e a Bíblia me propunha traduzir este pôr os injustos, ainda que no presente escrito tenho usado indiferentemente injusto ou mau. Na realidade se pode dizer que o saltério é uma luta dos justos contra os injustos.

Pois um bom número de comentaristas (como mero exemplo Weiser e Kraus) e as traduções (por exemplo, os da Alemanha e da Holanda) têm dado na flor de traduzir reshaim como ateus. Engenhoso expediente para converter-se essa luta numa guerra contra a irreligiosidade, quando na realidade é guerra contra os ricos. Não digo que reshaim significa ricos. Significa injusto. O que digo é que a Bíblia chama injusto aos ricos.

Os comentaristas e tradutores mencionados se baseiam precariamente nestas duas passagens. Sl 10,4 põe em lábios do injusto estas palavras: nada virá a indagar. Não tem Deus. E o Sl 14(53), 1 afirma: diz o nabal (néscio) em seu coração: não há Deus.

O primeiro que haveria de perguntar é porque não traduzem **nabal** como ateu quantas aparece essa palavra **reshaim**. Pois enfim, pecado menor. Em segundo lugar: se os luxuosos ou os assassinos dizem que não tem Deus, isso não basta para afirmar que o significado da palavra luxuoso seja ateu, nem para afirmar que o significado da palavra assassino seja ateu. Com isso se demonstra que a tradução aludida é infundada e tendenciosa.

Pois em terceiro lugar, se nos colocamos minuciosos, resulta que não são ateus. No Sl 10, que menciona aos reshaim nos versos 2.3.13.15, lemos no v 11: Diz em seu coração: Deus se tem esquecido, tem tampado o rosto, jamais pode ver nada: No Sl 73, que se refere aos reshaim nos vv 3 e 12, encontramos: Dizem: como vai saber Deus: Tem conhecimento no Altíssimo: E em Sof 1,12: Os que dizem em seu coração:Nem bem nem mal faz YHWH.

No Sl 94,7: E dizem: YHWH não o vê, o Deus de Jacó não se dá conta. Em Jó 21,4: Dizem, pois, a Deus: Aparta-te de nós, não queremos conhecer teus caminhos. Como vê o leitor, não só não tem base documental para traduzir reshaim com a palavra ateu senão que a base documental obriga a afirmar que não são ateus: negam que Deus possa ver e castigar seus crimes, e incluso lhe falam a Deus. O Sl 14(53) se refere a nabal (néscio); e enquanto ao Sl 10, como ao mesmo tempo dizem que nada virá a indagar, não se pode pressionar o de que não tem Deus.

Quando muito, haveria que afirmar que às vezes, ou alguns, são ateus. Pois em resumidas contas a questão é bizantina, pois ainda que todos os injustos fossem ateus, isso não equivale a que o significado do vocábulo injustos seja ateu. A arbitrariedade que o estabelecimento desprega em seu escape da Bíblia não tem limites.

Passemos adiante. Contra dois ou três textos dos salmos que tematizam a relação vertical dos reshaim para com Deus, qualquer leitor pode citar duzentos que descrevem a esses homens por sua relação horizontal para com o próximo. Quando se trata de como traduzir o termo em questão, esse fato resulta decisivo. Portanto, traduzi-lo como pecadores também é totalmente infundado e escapista. Claro que são pecadores,

pois, por exemplo, o fato de que todos os torturadores são pecadores não autoriza a dizer que o significado da palavra torturador é pecador. Na Bíblia existe o vocábulo exato que significa pecador: é hote da raiz hata= pecar.

A relação horizontal mencionada nos reintroduz em minha tese de que a Bíblia chama injustos precisamente aos ricos. Quando no Sl 14,4 diz dos injustos que devoram ao povo, e em Prov 30,14 que devoram aos indigentes da terra e aos pobres dentre os homens, como nada se lhe pode ocorrer que se trate de canibalismo, quem podem ser os que se comem aos pobres senão os ricos? Veja-se Mq 3,3 e Hab 1,13.

Se não nos colocamos a imaginar, sem base alguma, circunstâncias especiais, o que o salmista tem diante é a vida ordinária de uma cidade ou de uma sociedade em que uns são ricos e outros são pobres. A metáfora de devorar se refere à exploração habitual dos pobres pelos ricos. Com isto se vê a quem tem em mente o saltério quando fala dos injustos.

Assim mesmo quando o Sl 35,10 lhe diz a YHWH: Tu que livras aos pobres dos demais forte que ele, ao pobre ao indigente de quem os despoja, quem pode ser o mais forte que ao pobre? Por definição: o que não é pobre. Claramente o saltério divide à sociedade nas duas classes: a dos pobres e de quem são mais fortes que os pobres; o verso afirma que esta segunda classe despoja ao da primeira. A identidade dos injustos como os ricos não podia ser mais evidente.

Preste-se atenção ao fato de que a mesma idéia do Sl 35,10 vem expressada no Sl 82,4 com estas outras palavras: Liberdade ao pobre e ao indigente, da mão dos reshaim salva-lhe, e de que esta ultima formulação recorre inumeráveis vezes no saltério. Divide-se a sociedade

em duas classes: por um lado os pobres; por outro lado daqueles que são mais fortes que os pobres e que são chamados reshaim. Se não vale o capricho de fantasiar incidentes especiais, se o saltério enfoca sobre a vida ordinária de uma sociedade, os reshaim não podem ser mais que os ricos. Repito, por definição: os mais fortes que os pobres são os que não são pobres.

Sl 10,14-15 lhe diz a YHWH: O pobre se abandona a ti, tu socorres ao órfão; quebra-lhes o braço ao injusto e ao mau. Como ninguém pode pensar que os injustos agridem fisicamente ao pobre e ao órfão, porque seria reincidir ao anedótico, a passagem lhe pede a YHWH proteção contra uma agressão que é habitual contra os pobres; essa não pode ser senão a acostumada exploração que levam a cabo os ricos.

Recorre todo o saltério a agressão contra o órfão (Sl 10,14-15; 82,3-4; 94,3. 6; 146,9) e contra a vida (Sl 94,3.6; 146,9). Se não vale quimerizar personagens de novela e agressões físicas, só pode tratar-se do comerciante agiota ou do usuário que, depois da morte do devedor chefe da família, pela força da lei (o direito torcido de Habacuque) cobram as dívidas que e o defunto não alcançou a pagar, e para isso se incautam dos bens que a viúva dá e ao órfão ficaram em herança. Já nos dizia Jó 24,3: Leva-se o asno dos órfãos e toma em prenda o boi da viúva.

Ninguém tem podido explicar de maneira diferente a agressão que segundo a Bíblia sofrem as viúvas e os órfãos. Agora bem, o agiota e o useiro são freqüentemente e tipicamente os ricos da localidade. Como o saltério acusa dessa agressão aos reshaim, a identidade destes resulta patente. Sua injustiça ou maldade não consiste em algum delito especial senão na ordinária exploração legitima mediante a qual os ricos se enriquecem.

Para maior abundância: o engano e o fingimento ou dolo são características dos reshaim incessantes denunciadas no saltério (por exemplo: 5,7; 10,7; 24,4; 28,3; 35,20; 36,4; 40,5; 43,1; 50,9; 52,6; 55,24; 58,4; 62,5; 109,2). É forçoso inferir que a opressão e o despojo que também se mencionam com idêntica freqüência, não são exploração mediante assalto ou invasão armada senão mediante habilidade e astúcia. Com outras palavras: trata-se da exploração ordinária e legal. Por exemplo: o Sl 55, referindo-se expressamente aos reshaim (v 4), denuncia: Jamais se ausentam de seus mercados a opressão e o engano (v 12).

Evidentemente alude a maneira como os comerciantes se fazem ricos. A chamam de opressão pelo que expunha na primeira seção de nosso presente capítulo: ao povo consumidor não lhe fica mais que remédio para acatar os preços impostos pelos ricos. A identidade dos reshaim fica com isto sobradamente averiguada.

Tudo considerado, o saltério é um conjunto de pequenas composições literárias dedicadas a falar contra os reshaim, pois aparecem 57 designações dos pobres, 23 vezes ebion (necessitado), 5 vezes dal (indigente), 29 vezes ani (pobre). Não era suficientemente eloqüente o fato de que, para falar dos injustos necessitaria referir-se 57 vezes aos pobres? De que se pode tratar senão dos ricos?

A ruína e castigo final dos reshaim estão desejados e anunciados quantidade de vezes no saltério. Pois se veja como a formula o Sl 34,11: Os ricos ficarão pobres e famintos. A identificação dos injustos resulta explicita. É o momento de repetir sobre o saltério inteiro: a angustia do salmista não surgia quando o mal se enriquece senão “Não temas quando o homem se enriquece” (Sl 49,17), não te esquentes contra o

que prospera (Sl 37,7). Trata-se dos ricos enquanto tais. Não mais que o saltério os chama os injustos.

2.4. REPROVAÇÃO DA GANÂNCIA

Desde o ponto de vista do fio lógico do presente capítulo, a seção terceira foi um excurso motivado pelo fato de que o chamado problema do mal lhe tem servido a exegese como pretexto para distrair-se da verdadeira mensagem da Bíblia, que é a compacta condenação da riqueza. Retomemos o fio. Vimos que o Antigo testamento não só reprova a riqueza diferenciante enquanto tal senão explica o porquê dessa reprovação: por que nenhuma riqueza diferenciante pode adquirir-se sem despojo e engano e violência sistemática.

Agora bem, desde o ponto de vista da teoria econômica, este último pode remarcar-se de maneira mais sistemática se enfocarmos sobre o conceito de ganância mesma, pois a riqueza seção, só pode alegar-se acumuladas ganâncias. O dado documental abrumador é que a Bíblia condena toda ganância. A corroboração é tal que poderíamos fazer o seguinte ensaio mental: esquece o leitor todo o que levamos tal neste capítulo, comecemos de novo; basta a reprovação de toda ganância para que resulte inequivocadamente condenada toda riqueza diferenciante, pois esta só pode procurar-se fazendo ganâncias.

Quando hoje se recusa o comunismo, se oculta e amordaça cinicamente que a Bíblia e que a ganância é a essência e a viga mestra do

capitalismo. Se neste não produz para a satisfação das necessidades senão para o intercambio, é por que se produz para ganância. À pergunta do titulo do presente capitulo, esta quarta seção basta para responder.

A palavra hebraica que significa ganância é besá. Excetua-se um emprego irônico (Jz 5,19) e quatro vezes metafóricos em seu emprego (Gen 37,26; Mal 3,14; Jó 22,3; Sl 30,10), todas as vezes que se fala de ganância se fala dela reprova-la. São 19 vezes as passagens que o leitor pode verificar: Ex 18,21; I Sam 8,3; Is 33,15; 56,11; 57,17; Jer 22,17; 51,13; Ez 22,13; 22,27; 33,231; Jer 6,10; 6,13; Mq 4,13; Hab 2,9; Sl 10,3; 119,36; Prov 1,19; 15,27; 28,16. Só traduzo aqui dois delas porque as versões geralmente fazem confusão e os deixam irreconhecíveis.

Prov 1,19: Esta é a senda de todos os fazem ganância: lhes tirará a vida aos que a cometeram. Prov 15,27: Quem faz ganância arruína sua casa. Sobre os outros 17 passagens somente advirto que o original diz ganância e não pisar nem roubo de bens nem ganância injusta como fortemente poemas traduções do estabelecimento para que a condenação obvia não recaia sobre a ganância enquanto tal.

Como os tradutores estão convencidos de que a ganância é lícita (Deus não podia ter permitido que a Igreja omitira condena-la, com a qual supõem que Deus não pode permitir o mal, que é tanto como supor que o mal não exista), instintivamente adulteram o texto e põem algum outro vocábulo donde o texto diz ganância, pois a intenção do autor sacro de condena-la é transparente.

A etimologia de besá (ganância) é incisão, tirar cortando com machado. Pois a conjura dos ideólogos do estabelecimento contra os leitores da bíblia chega a tal grau que olham também por aqueles leitores que se

tomam o trabalho de estudar o hebraico. Em efeito, os dicionários de hebraico bíblico, ao chegar a palavra besá, dizem que significa ganância injusta. Pois lhes falta a palavra para designar a ganância justa. É que para a Bíblia não existe ganância justa. É como se ao chegar a palavra naaf (adultério) nos dissessem que significa adultério ilícito. A ideologia do estabelecimento não reconhece limites.

A condenação bíblica de toda ganância é forte e sem fissuras. Com isso, dizíamos, surge uma congruência deslumbradora. A Bíblia não só reprova o resultado que é a riqueza senão tematizam também ao processo mediante o qual se chega a esse resultado, e o reprova igualmente. A condenação da riqueza diferenciante é o dado documental bíblico mais sólido e inescapável que tenha. Por isso Jesus de Nazaré chama ao dinheiro de iniqüidade (Lc 16, 9.11), adotando a expressão do livro judeu de Enoc 63,10 que é fiel continuador da a tradição do Antigo Testamento.

Comenta São Jerônimo: E sabidamente diz: com o injusto dinheiro, pois todas as riquezas se derivam da injustiça e, sem que um tenha perdido, o outro não pode achar. Por isso me parece a mim que é verdadeiro aquele provérbio comum: O rico ou é injusto ou herdeiro da injustiça. (Patres Latini vol 22 coleções 984). Não se cria que estamos aqui inventando uma interpretação nova da Bíblia. Antes que a Igreja se associasse com os exploradores para todos os séculos futuros, todos os padres da Igreja entenderam a Bíblia como temos vindo dizendo.

Para apontar isto de passo com toda brevidade, convém fixar-nos antes num fato literário que a teologia se empenha em passar por alto e que confirma o que levemos tal. Como se vê Tobias 4,7: não desvies o olhar de nenhum pobre; Tobias 4,10: a esmola em efeito preserva da morte: Tobias 12,9: a esmola em efeito preserva da morte; o judaísmo tardio

chegou a idéia de que dar dinheiro aos pobres o preserva a um da morte. Pois o fato brutal que a teologia não quer olhar é que a esse ato de dar-lhes dinheiro aos pobres na Bíblia original hebraica o chama justiça (sedeqah), não esmola.

Prov 10,2: a justiça livra da morte. Sl 112,9: com a largueza da aos pobres, sua justiça para sempre permanece. Tobias 14,11: Olhai que faz a esmola e de que coisa preserva a justiça. Dado fundamental que se continua em Mt 6,1-4: Cuidai de não praticar vossa justiça diante dos homens para ser vistos por eles; portanto, quando deres esmolas não vá tocando a trombeta diante deles. Tu porem, quando deres esmola que a tua mão direita não saiba o que faz a esquerda. Claramente o ato que segundo nós é um ato de esmolas, segundo a Bíblia é um ato de justiça. Restituição do roubado, evidentemente. Por isso Jesus Cristo chama ao dinheiro de injustiça ou de iniqüidade.

E por isso diz Santo Agostinho: Socorrer aos necessitados é justiça (Padres Latinos volume 42, coleção 1046). E Santo Ambrosio: Não o regalas ao pobre uma parte do teu, senão que a devolvas algo do que não é seu (Padres Latinos volume 14, coleção 747). São Crisostomo: Não digas, gasto do meu, desfruto do meu. Na realidade não é do teu senão do alheio. (Padres Gregos volume 61, 86). São Basílio: Do faminto é o pão que tu reténs; do desnudo é o abrigo que tens guardado no armário; do descalço é o calçado que se está apodrecendo em teu poder; do necessitado é o dinheiro que tens enterrado (Padres Gregos 31, 277).

Que os santos padres falavam a sério, o demonstra a frase de Jerônimo acima transcrita: Todas as riquezas se derivam das injustiças. Entenderam muito bem a reiterada análise que a Bíblia faz e que nosso presente capítulo tem estudado: toda riqueza diferenciadora se adquire

explorando e despojando ao resto da povoação. Por isso a esmola lhes parece restituição em estrita justiça.

Essa análise bíblica, dizíamos, se corrobora concluidamente pela condenação da ganância, pois o processo que desemboca na riqueza é o ir acumulando ganâncias. Pois tem mais. A Bíblia mesma fala da ganância considerando os diversos canais pelos que pode obter-se e reprovando-os todos. Só que, antes de resenhar esse modo, convém responder, acerca da ganância em geral, a uma objeção que em realidade é uma tontura, pois que o estabelecimento não podia deixar de suscitar.

Dirá-se: Jesus Cristo não adota a condenação do Antigo Testamento da ganância, posto que na parábola dos talentos (Mt 25,14-30; Lc 19,11-27) o senhor lhe diz ao servo mau: Devias ter entregado meu dinheiro aos banqueiros, e assim, ao voltar eu, teria recuperado o meu com o interesse (Mt 25,27), e em geral se lhes encarrega aos servos deixa em mãos de cada um.

A objeção esquece o mais elementar: que se trata de uma parábola, de uma comparação. Qualquer comentarista moderno, ainda o mais conservador, sabe advertir que os elementos da vida real circundante tomada como termos de comparação não são mais que figuras literárias destinadas a inculcar a verdadeira lição que a parábola que nos dar. Aqui a lição é que estamos obrigados a fazer render nossa dotação de capacidades humanas para a realização do reino. E isso é tudo. O fato de que uma parábola compare a algo com um elemento da vida real circundante, de nenhuma maneira significa que aprove esse elemento.

Não mais se considere esta parábola: Se o dano de casa soubesse a que horas da noite ia a vir o ladrão, estaria velando e não deixaria que horas

viessem a roubar a casa. Por isso, também vós estais preparados, por que no momento que não penseis virá o filho do Homem (Mt 24,43-44). Jesus Cristo se compara a si mesmo com um pouco. Por que os objetamos não tiram como conclusão que é lícito dedicar-se a profissão do ladrão, de horas nas casas alheias?

E na parábola do administrador expressamente chamado de iníquo (Lc 16,1-8), que cometeu roubo e desfalque a ciência e consciência (vv 6 e 7), por que não concluem que a carreira de estafador é legitima e recomendável?

E o que é cheio, da mesma parábola em que crêem poder fincar sua objeção, se foram lógicos teriam que deduzir aprovação para um individuo de cobiça desenfreada que toma o que não colocou e colhe o que não semeou (Lc 19,21 e 22) e para um déspota oriental tipo Arquelau quer toma vingança de seus opositores e se recria contemplando que os degolem em minha presença (Lc 19,27).

Só a uma teologia desesperada se lhe pode ocorrer o construir uma aprovação da ganância desde o fato de que Jesus Cristo, ao compor uma comparação literária com a ganância, não advirta expressamente que seus elementos comparativos são condutas ilícitas; tampouco o adverte sobre o guardar a casa alheia nem sobre a vingança do degolar a presença. A parábola como unidade ficaria totalmente destroçada se tivesse que ir a cada passo fazendo essas advertências.

Não vale a pena detemos mais numa objeção que é pura ignorância de elenco. Quando exclamou esta espera é uma tortura, a nenhuma pessoa normal se lhe ocorre que me estou pronunciado sobre a moralidade ou imoralidade da tortura. Se alguém diz esta notícia é uma bomba

atômica, ninguém em seu juízo discorre que esse senhor está de acordo com que se fabriquem bombas atômicas.

Anotávamos que a Bíblia não se contenta com reprovar em geral toda a ganância senão acaba com sua reprovação. Em efeito, a ganância se pode obter por qualquer destes três canais: o comercio, os préstimos a interesse e a atividade produtiva mesma (o processo de produção). E a Bíblia condena a ganância que se obtém por cada um dos três. Vejamos nessa ordem.

> *À causa da ganância pecaram muitos,*
> *O que trata de enriquecer-se desvia o olhar.*
> *Entre duas pedras juntas se crava a estaca,*
> *Entre a venda e a compra se introduz o pecado (Eclesiástico 27,1-2).*

Mais claro não se pode expressar que é ilegítima a ganância que se obtém mediante o procedimento em que consiste o comercio: ficar-se com a diferença entre o preço de compra e o preço de venta. A passagem ademais explicita que essa ganância é o processo que desemboca no enriquecimento. Considera, pois, a ganância como origem da riqueza (diferenciante).

As 19 passagens que nós enumeramos no início desta seção, nos que se menciona a palavra ganância (e sempre para condená-la), tem que assinalar que é este. O que sucede é que não se conhece original hebraico de todo o livro de Eclesiástico; pois não tem dúvida de que aqui dizia besá. Só que esta passagem, ainda que usa o termo geral de ganância que emerge como diferença entre o preço de compra e o preço de venda. O texto está em grego.

De passo note-se que no verso imediato ao anterior (26,29) usam estilisticamente a LXX o advérbio **molis** (apenas, dificilmente) que não pode ser tradução exata do original porque em hebraico não existe uma palavra correspondente. Como pode ver-se em Prov 11,13 donde voltam a usar **molis**, o original diz hen, que significa eis aqui. Pelo paralelismo sinonímico com o segundo hemistíquio, é seguro que Eclesiástico 26,29ª diz: o negociante não se livra de pecado. Que é por certo o que a LXX quer dizer, ainda que usam uma expressão mais polida.

Agora vejamos o segundo canal da ganância: o interesse pelos empréstimos. A palavra **neshek** é a que em hebraico designa o interesse. Sua raiz é morder. Sem uma só exceção, todas as vezes que a Bíblia usa o vocábulo neshek é para condená-lo. São doze vezes: Lev 25,36. 37; Dt 23,20(três vezes); Ez 18,8. 13.17; 22,12; Sl 15,5; Prov 28,8. Pois se advirta que ao dizer que os empréstimos pretendíamos incluir tanto o empresta dinheiro como emprestar coisas. De sorte que a absoluta proibição bíblica de cobrar interesses abarca ademais o que hoje chamamos cobrar a renda a usura.

Veja-se Dt 23,20: Não emprestarás a interesse a teu irmão, já se trate de interesse de dinheiro, ou de interesses de alimentos, ou de interesse por qualquer outra coisa que produza interesse. O mesmo se vê em Levítico. Talvez devêssemos ter dito que a ganância se obtém por quatro canais, pois como são os mesmos textos os que proíbem o interesse e o uso, nosso modo foi um dólar.

Como se vê, a Bíblia condena todo tipo de interesse, seja alto, ou seja, baixo. O traduzir durante séculos a palavra neshek como usura pode obedecer a intenção escapista, como se tratara só de proibir os interesses muitos altos. Ademais a palavra usura não serve quando se trata de interesse que se cobram por emprestar coisas e não dinheiro.

Claro que se proíbe a usura na Bíblia, pois sempre advertindo que não existem os interesses não usuários. Existe outra palavra, **tarbit** (etimologicamente - aumento), que ocorre em sinonímia com neshek nos textos citados (exceto Dt e Sal), pois se condena por igual. Deveria traduzir-se como roubo.

O terceiro canal é a ganância que se obtém no mesmo processo de produção, tendo em conta que até faz poucos séculos a principal atividade produtiva era a agricultura. Em nossa seção terceira já víamos a descrição que Jó faz da exploração dos jornaleiros. Pois Tg 5,1-6 é mais explicito em condenar o enriquecimento dos empresários agrícolas.

Para entender essa pericope é de advertir que Tiago, como geralmente reconhece a exegese, impugna a todos os ricos, não só a quem o são por ter defraudado a seus operários. A invectiva vem desde o princípio da carta (1,10. 11) e se dirige contra os ricos enquanto tal. Vejam-se também 2,6: Não são os ricos os que os oprimem e os que os levam ante os tribunais? Em nossa pericope mesma se lhes diz: Haveis vivido na terra com prazeres e luxos, haveis fartado vosso coração para o dia da matança (5,5). É o mero delito de ser rico, exatamente como nos profetas e no sermão da Montanha (Lc 6,24: por que haveis recebido vosso consolo) e na parábola do rico e do pobre (Lc 16,19).

Por conseguinte, não trata de caracterizar a seus modos por algo que outros ricos não fizeram quando lhes disse: Olhai, o salário que haveis cerceando aos operários que ceifam vossas terras clama e as foices dos ceifadores têm chegado aos ouvidos do senhor dos Exércitos (Tg 5,4). O que este verso está fazendo é explicar a origem da riqueza. Sua intenção não é referir-se a alguns ricos particularmente perversos que cometeriam roubo que outros ricos não cometem. O ataque da carta é

contra todos os ricos. O verso citado reforça esse ataque expondo qual é a origem da riqueza.

O cerceamento a que se refere é por sistema, não por transgressão especial que alguns ricos perpetram. Máxima que os ricos são os que levam aos pobres aos tribunais (2,6): a lei está de sua parte; não é que cerceiam ilegalmente o ingresso dos trabalhadores. Trata-se da exploração sistemática, legal, que comentávamos na seção primeira de nosso presente capítulo. Para Tiago a riqueza diferenciante não pode adquirir-se senão mediante apropriação do produto do trabalho dos operários. Por isso, seguindo a Jesus cristo e ao Antigo Testamento, condena sem vacilações nem compõem toda a riqueza diferenciante. A ganância que se obtém no processo mesmo de produção fica assim especificamente colocada.

A reprovação bíblica da riqueza diferenciante é coerente e sem aliviar. Não só se ataca a riqueza já lograda e estabelecida senão que se impugna também o único modo pelo que essa riqueza pode chegar a existir, que é a obtenção de ganâncias. E não só a ganância em geral senão também as diversas espécies de ganâncias, todos e cada um dos métodos que um sistema econômico pode ter de adquirir ganâncias. Com que consciência diante de Deus tenha podido os teólogos sublinharem essa mensagem absolutamente central da Bíblia, é coisa que não me explico. Se nos perguntarmos o porquê do comunismo, a resposta é inequívoca: por que qualquer outro sistema consiste na exploração de uns homens por outros. Não mais por isso.

Contra essa coerência monolítica da genuína tradição bíblica (incluindo Jesus Cristo) resultam irrelevantes os quatro ou cinco textos de prudência meramente humana que não por nada se encontram todos os escritos sapienciais são justapostos irreflexiva de pensamento

extrabíblico principalmente helenístico. Não mais se considere este texto de Sab 8, 19-20: Eras eu um moço de bem natural e obteve em sorte uma alma boa, ou melhor, como era bom, entrei num corpo incontaminado. Aqui se afirma, muito platonicamente, a preexistência da alma. Coisa inconciliável com a criação do homem inteiro por Deus, que ensinava a genuína tradição bíblica (Gen 1,27; 2,7). O leitor dos livros sapienciais necessita sempre discernir o que vem desta do que vem de fora.

CAPÍTULO 3 – POLÍTICA E VIOLENCIA EM JESUS DE NAZARÉ.

A afirmação do comunismo, e, sobretudo de seu porquê, que é a imoralidade intrínseca da riqueza relativa e da ganância, está presente na Bíblia, pois de maneira tão inocultável e que fere, que o único que o estabelecimento poderia fazer se fosse lógico é relegar a Bíblia entre os livros da antiguidade e deixar de considerá-la como livro sagrado de caráter normativo. Não o tem feito. Toda civilização que se respeite necessita seu livro sagrado.

O que tem feito por séculos e séculos os ideólogos do estabelecimento é aferrar-se a três versículos que (só se não é se lhes examina) parecem proporcionar uma via de escape, e ater-se a eles como se o resto do Evangelho e da Bíblia inteira não existira. São (na leitura oficial): sempre tereis aos pobres convosco, daí a César o que é de César, meu reino não é deste mundo.

Se não houvera tido estes textos, eles haveriam achado qualquer outro, digo qualquer, pois o fim já está determinado de antemão: evadir a mensagem de Jesus Cristo, e para isso qualquer meio é bom. Não tem nem o menor esforço por colocar esses textos em seu próprio contexto, nem por entendê-los segundo a mente quem os pronunciou, tenha nem sequer por precisar a gramática dos mesmos. É um medo perturbador, medo de que os revolucionários tenham razão, o que faz que arrebatem três versos desencaixando-lhes de tudo e o colocam num único critério do bem e do mal.

Na torcida intelecção desses três textos finca a inaudita tese de que o cristianismo não deve fazer política; o qual não lhes impede a eles fazerem política, e em grande escala, pois independente e contraria ao Evangelho, ainda que imaginam que não pode ser contraria por que já assentaram que o Evangelho não tem dimensão política.

É obvio que, se o presente capítulo quer averiguar a dimensão política do Evangelho tem primeiro que se ocupar desses três textos um por um. Numa quarta seção abordagem positivamente, e numas quintas tocaremos o tema da violência.

3.1. SEMPRE TEREIS POBRES CONVOSCO?

Em sua descrição do comunismo dos primeiros cristãos, Lucas adverte expressamente:

Não havia entre eles pobre algum, pois quantos possuíam campos ou casas os vendiam, traziam o total da venda e o davam aos pés dos apóstolos, e se repartia a cada um de acordo com sua necessidade (At 4,34-35).

Para isso é o comunismo: para que não tenha entre nós pobre algum. Lembro-me que rico e pobre são termos correlativos. Lucas é muito consciente do ensinamento de Jesus Cristo e dos profetas: que uma sociedade na que tem ricos e pobres é realmente imoral, pois forçosamente implica exploração dos segundos pelos primeiros. A diferença de Jamblico e de Platão, Lucas tem uma razão m oral obrigatória para o comunismo. O fato de que esse comunismo original fracassara não tira que sua intenção era recolocar na sociedade em que tem ricos e pobres. A exegese e ainda as traduções do estabelecimento se deviam ter fixado em que nem sempre teremos pobres conosco.

Para começar, o texto a que tanto aludem na realidade não diz nem sempre nem tereis. Os exegetas modernos mais minuciosos já se deram conta. Eduard Schweizer não coloca *immer* (sempre em alemão) senão *allezeit* (todo tempo). Walter Grundmann coloca *jederzeit* (em qualquer momento). Vincent Taylor expressamente adverte: A assertiva não pretende afirmar que a pobreza é um fator social permanente (Dt 15,11); é o fundo de contraste para *eme de ou pantote echete*. E enquanto ao verbo, tem sido cegueira extrema a que fez que o traduzissem alguma vez no futuro, pois o original diz tereis, e duas vezes por certo no mesmo verso. Deve traduzir-se:

> *Aos pobres o tereis a todas as horas (ou continuadamente) convosco e podeis fazer-lhes bem quando quiser; a mim em troca não tereis a todas as horas (Mc 14,7).*

Nenhum dos papiros ou lições variantes se atreveu alguma vez a colocar tereis (exete) em vez de tendes (echete), pois ao que não se atreveram os copistas nem por equívoco, se aventuraram às traduções ocidentais por muito tempo, e com alarde, adulterando radicalmente o texto. Todavia hoje pode o leitor comprovar essa falsificação na Bíblia de Jerusalém, tanto em francês como em espanhol. A convicção direitista de que nunca vamos mudar o mundo e sempre haverá pobres e ricos, faz que as traduções atropelem até a gramática.

Em segundo lugar, o advérbio pantote, que tem podido ser traduzido como sempre, pois que significa a todas as horas, continuadamente, habitualmente, a qualquer hora, sem cessar, nos Evangelhos nunca se usa com o verbo no futuro. Ocorrem estas três vezes: Lc 15,31; 18,1; Jo 6,34; 7,6; 8,29; 11,24; 12,8 (duas vezes); 18,20; Mt 26,11 (duas vezes) e

Mc 14,7 (duas vezes). Invariavelmente leva o verbo em tempo presente ou passado.

A idéia é clara, por exemplo: orar sem cessar (Lc 18,1; o mesmo que em Rom 1,10 e muitas vezes em Paulo) não significa eu a oração se prolongue por todos os séculos futuros senão que e não cessemos de orar durante o tempo presente. Quando os Evangelhos querem dizer que uma ação ou situação se prolonga ilimitadamente para o futuro, a expressão que usam é *eis ton aiona* (ou bem: *eis tou aionas*). São 17 vezes: Mt 21,19; Mc 3,29; 11,14; Lc 1,33. 55; Jo 4,14; 6,51. 58; 8,35 (duas vezes).51. 52; 10,28; 11,26; 12,34; 13,8; 14,16.

De sorte que já se prestava a equívoco traduzir pantote como sempre em Mc 14, 7, pois a idéia é que os discípulos já não estavam continuadamente poderão fazer-lhes caridade aos pobres. Subentende-se um certo lapso, pois de tempo presente. Sem embargo, a observação que quero fazer é que os direitistas entendiam o sempre como para sempre não mais porque lhes dava a vontade, pois o advérbio sempre não necessariamente significa isso.

Nem em inglês, nem em alemão, nem em italiano, nem em francês, nem em espanhol e nem em português, nem em holandês. Portanto, traduzir pantote em Mc 14,7 como sempre não era de seu incorreto; incorreta era a ânsia dos direitistas de entender que nunca se suprimiria a sociedade classista.

Vamos dar dois exemplos. Lembro um filme intitulado: “Seduzida e abandonada”. Na cena do juiz julgando, porém o juiz (pretore) está interrogando aos acusados e aos testemunhos, de vez em quando lhe diz ao escrivão: *Lei escrivã sempre, signor cancelliere*. Pode alguém em sua mente entender como se ele o escrivão que seguir escrevendo aí

pelos séculos dos séculos? Em francês o mesmo: um amigo do que temos que já tenha sido perguntado por telefone: *tu est toujours la?* Estas sempre aí? Segue estando aí?

Ninguém pode pensar que o sempre se refira ao futuro. Em todos os casos em outros idiomas mencionados se pode fazer esta frase: Durante toda a semana Helen tem estado sempre fazendo piadas. Nem sombra de futuro, não fala já de todo o tempo futuro.

Agora se veja no Evangelho mesmo: Filho, tu sempre (pantote) estas comigo e todo o que é meu é teu, pois tinha que banquetear e alegrar por que teu irmão estava morto e tem voltado a vida, estava perdido e foi achado (Lc 15,31-32). O sempre significa: tu estas habitualmente comigo. Nem mais extravagante leitor entende aí: tu e eu estaremos juntos pelos séculos dos séculos.

Então por que lhes deu a vontade de entender em Mc 14,7: tereis os pobres pelos séculos dos séculos? Veja-se também Jo 18,20: Eu ensinei sempre na sinagoga e no templo, aonde todos os judeus vão. Por que me perguntas a mim? Era coisa de perguntar por que os direitistas não entendem aí que Cristo seguirá ensinando na sinagoga até o dia do juízo.

Não nos entretemos-nos mais nesta objeção forte do estabelecimento, que o menor contato com a gramática se dissolve em fumaça. Haverá terminado em traduzir o verbo no tempo presente (tendes), como efetivamente está no texto, para que toda a fanfarra direitista se fundira no ridículo.

3.2. O QUE É DE CESAR.

Não se estranhe o leitor de que resultem tão indeléveis e não substanciais estas famosas objeções. Seu multissecular prestígio não estava em relação alguma com o conteúdo mesmo dos textos: dependia exclusivamente das atitudes preconcebidas de quem os esgrimiam. Por isso é que, examinados em si mesmas, não fica delas nada. Em outras discussões sucede as vezes que o resultado é indeciso, que ficam dados pro e contra e tirar um balanço é complicado. Com estas famosas objeções não. São falsas, e assunto terminado. Seu renome não dependia dos textos senão do prejuízo com que se liam os textos. A segunda é o de César:

> *Disse-lhes: De quem é esta efígie e a inscrição?*
> *Eles lhe disseram: de César.*
> *E Jesus disse-lhes: o de César daí a César,*
> *E o de Deus daí a Deus (Mc 12,16-17).*

Por pronto, o verbo **apodote** não se traduz com precisão mediante daí ou entregai. Nos Evangelhos, onde ocorre 27 vezes, sempre tem a idéia de devolver, retribuir, restituir. O qual significa que tem encerrado neste caso. Com só traduzir ao pe da letra haveriam podido os estudiosos desde faz tempo por em estado de alerta.

Neste segundo cavalo de batalha dos direitistas tenho que dizer que os investigadores já têm esclarecido a situação desde faz muito tempo. Só quero que se conheça o que já é aquisição lograda desde muito tempo.

Para o que vou dizer convém por antecipação advertir que Albert Schweitzer (único exegeta a ganhar o prêmio Nobel) e Martin Dibelius (fundador do método exegético chamado Formgeschichte) são geralmente reconhecidos como dois maiores exegetas do Novo Testamento de todos os tempos. Gunther Bornkamm por sua parte, figura entre os mais notáveis exegetas do Novo Testamento deste século. Seu livro Jesus de Nazaré, que é uma monografia minuciosa de leitura não fácil, tirou 75 mil livros vendidos entre 1956 a 1965.

A nenhum dos três autores mencionados se lhe pode suspeitar, já não digo de socialista, senão nem sequer de revolucionário em geral. Bornkamm, inclusive, na página 113ss, se pronuncia expressamente contra toda interpretação revolucionária. E bem, feitas estas apresentações para que se calibre a objetividade da tese, transcrevo este parágrafo de Bornkamm, relativo a Mc 12,17:

Desde o ponto de vista da forma, esta palavra está certamente construída segundo o chamado paralelismo de membros. Pois em sério ninguém podem pôr em dúvida que se trata de um paralelismo irônico (Albert Schweitzer, Martin Dibelius). Ou seja: a pergunta sobre o imposto imperial, que os adversários tomavam tão ao trágico e apresentavam tão capciosamente, Jesus a faz de um lado. (op. cit. 112).

Expressado em outros termos: segundo os mais destacados e insuspeitáveis escrituristas de nosso século, a famosa frase dar a César é irônica. Bornkamm mencionada mais, em nota 31, aos biblistas Eltester, Cairns, Sayers, Claudius, Wehrung, Lutgert, Repgow. Note-se bem: não estamos nós, levados por nossas intenções revolucionarias, inventado *ad hoc* a interpretação de que a frase é irônica. Tomamos essa interpretação de mãos da exegese cientifica mais seria, autorizada

e pertencente ela mesma lhe dá: em sério ninguém pode por em duvida que a frase é irônica.

Aqui poderia terminar meu tratamento deste segundo cavalo de batalha dos conservadores. Pois devo assinalar que me assombra que não se tem visto a ironia em Mc 12,17 desde faz muito tempo. A cena é em Jerusalém. Historicamente consta que o povo de Jerusalém era forte simpatizante dos zelotes, tanto que por esse escolheu a Barrabás poucos dias depois (Mt 27,21; Lc 23,18; Jo 18,40). Portanto, o povo recusava terminantemente a idéia de reconhecer a autoridade romana. Expressamente nos advertem os evangelistas que a pergunta a que Jesus tem que responder foi feita com o fim de engana-lo na palavra (Mc 12,13; Lc 20,20; Mt 22,15).

Era uma negociata: negava-se que se devia pagar impostos, o acusavam ante ao governador (Lc 20,20); aceitava-se que se devia pagar impostos reconhecendo assim a autoridade romana, jogava a sua pessoa com o povo. Agora bem a exegese direitista comete a distração de interpretar a frase de Jesus como reconhecimento da autoridade romana. Então Jesus caiu logo na segunda alternativa que como laço lhe haviam posto! Lucas explicitamente nos informa que não puderam leva-lo na palavra alguma ante o povo (Lc 20,26); pois a exegese direitista diz que reconheceu a autoridade romana, o qual era precisamente a maneira de desfazer dela diante do povo.

Vamos ver. Os evangelistas (Mc 12,17; Mt 22,22; Lc 20,20) fazem formalmente constar que a resposta de Jesus causou admiração geral. Entende-se pelo talento, pela habilidade. Nos podem dizer os teólogos conservadores em que consistiu o notável da resposta se esta foi reconhecimento da autoridade? O único inteligente que podia ter a resposta era o eludir ambos os laços o mesmo tempo; a exegese

rotineira faz que caia redondo num dos dois; que coisa pior podia ter feito a resposta de Jesus, já que logicamente era impossível cair nos doze laços mesmo tempo? Perdoa-nos a expressão, pois neste ponto a exegese rotineira é de uma obtusidade mental raras vezes vista.

A única saída era uma frase irônica que nem reconheceria a autoridade nem pudera ser acusada de negar a obrigação do imposto. Do contrário, se lhe atribui a resposta de Jesus a única coisa estúpida que era possível que tivera.

Pois vamos mais fundo, pois esta famosa objeção em realidade se volta contra seus autores como um bumerangue. Pois se advirta que, logicamente falando, o argumento anterior é independente do que se segue. O argumento Anterior refuta a objeção sem deixar dela resíduo algum; a resposta de Jesus não pode ser interpretada como reconhecimento da autoridade. As observações que seguem esgrimam na resposta de Jesus como um ataque contra a autoridade.

Antes do incidente em questão, Jesus já tinha proclamado: Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou bem odiará a um e amará a outro, ou se juntará a um e desprezará a outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro (Mt 6,24; Lc 16,13). Quem tem ensinado isso de maneira tão categórica, não pode depois sair-nos com que tem de reconhecer e cumprir com o imperador e ao mesmo tempo com Deus. Quando diz não podeis servir a deus e ao dinheiro, toda a força esta no “e”. Toda teologia para o governador afirma esse “e”, quando o ensinamento de Jesus nega militantemente esse “e”.

Pois o dado mais importante para a interpretação da frase sobre César é que a autoridade civil está presentemente encarnada num dinheiro que Jesus pede que lhe mostrem.Isso o tem meditado Bornkamm e seus

colegas. A sentença: “não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24) foi pronunciada utilizando o verbo aramaico **abad**, que significa tanto servir como adorar; daí vem que nossas línguas ocidentais digam serviço divino ou serviço litúrgico para designar os atos de culto.

No Antigo Testamento (o verbo é igual em hebraico) é o que repetidamente se usa para contrapor o serviço e adoração de YHWH com o serviço e a adoração de deuses falsos; veja-se, por exemplo: Dt 6,13; 7,16; 10,20. Pois então no resto da Bíblia e da literatura judaica se identifica aos falsos deuses como demônios (por exemplo: Dt 32,17; Sl 105,37; 95,5; Bar 4,7; I Cor 10,20. 21) ou como “nada” (por exemplo; Lev 19,4; I Cron 16,26; Hab 2,18; Jer 14,22; 16,19), por primeira vez na história nos lábios de Jesus Cristo o deus falso, rival de Javé, é uma coisa perfeitamente real e tangível que domina a sociedade: o dinheiro. A teologia ocidental não tem caído em conta de que esta (Mt 6,24) é um dos ensinamentos de Jesus Cristo mais originais. Talvez a mais original. Certamente a mais virulenta. O verdadeiro rival de Javé é o dinheiro.

Um senhor que disse que não podemos servir a deus e ao dinheiro, quando lhe mostram um dinheiro exclama: Devolvem-lhe a César o que é de César. A exegese não tem caído na conta de que nesse momento a encarnação de toda a autoridade civil é o dinheiro. A ironia é não só patente senão terrivelmente sarcástica. É como se um Geovani Papini, depois de dizer que o dinheiro é o excremento do diabo, acrescenta: devolvem-lhe os dinheiros do governo o que é do governo e a Deus o que é de Deus.

Quando Bornkamm precaveu contra uma interpretação uma interpretação revolucionária, é porque não tem entendido a frase de Jesus Cristo até o fundo. Seu gênio é negar toda a autoridade do

governo, pois em termos tais que nada possa acusá-lo ante o governador.

3.3. O REINO NÃO É DESTE MUNDO?

Talvez a objeção mais celebre, a que mais mundo tem recorrido em desfile de triunfo, é a terceira: meu Reino não é deste mundo. Sem embargo, é a mais diferente e imaginaria de todas. Basta um dicionário grego para dissolvê-la irreversivelmente. O único problema é que nossas línguas ocidentais (com exceção do inglês) não têm os recursos exatos para traduzir Jo18, 36 palavras por palavra, com fidelidade. Só podem traduzi-la com fidelidade aumentando número de palavras ou substituindo o verbo original por outro que permita conservar o sentido preciso da proposição que vem depois do verbo na frase original. Esta reza assim: *he Basiléia he eme ouk estin ek tou kosmou toutou*.

Todo o sentido depende da preposição **ek**. E qualquer dicionário grego sabe dizer que significa origem, lugar de onde algo sai, proveniência, procedência, extração, ponto de partida de algo que se move. Por isso em inglês se traduz rigorosamente assim: Meu reino não é deste mundo. Em espanhol, como não dispomos de um equivalente da preposição grego **ek**, temos que substituir o verbo ser por o verbo provir: Meu reino não prove deste mundo.

Isso é tudo. Jesus Cristo nunca disse que seu reino não é deste mundo. É tão simples, que não pode creer-se que tenha havido boa fé em apelar

durante séculos a este texto para colocar o Reino em outro mundo, quando ensinam com explicitude todo o contrário todos os demais textos do Antigo e do Novo testamento (primeiro capitulo, seção três), incluindo o Pai Nosso que esses teólogos e hierarcas rezavam todos os dias.

Dispondo da preposição latina ex, que traduz fielmente a preposição grega ek, a Vulgata fez mal em traduzir como Meu reino não é deste mundo, pois dava pé a confusão, já que de pode significar origem, pois também pode significar pertença. Pois a Vulgata mesma bastava para suprimir a confusão, pois a continuação assinala: *se ex hoc mundo esset Regnum meum,* etc.

O que passou foi que o estabelecimento estava interessado no assunto, e arrebatou a primeira frase desolocando-o ainda do mais imediato contexto e esgrimindo-a como prova de que o Reino de Deus não põe em tela de juízo aos reinos e sistemas sociais deste mundo. Não se cria que era anelo e apetência de outro mundo, era medo de que os pobres, dos quais é o reino de Deus (Lc 6,20), lhes disputaram este mundo.

A precipitação e desesperação com que os teólogos do estabelecimento arrebatavam a primeira frase, não lhes permitiam nem sequer ler o verso todo, pois ao final deste repete Jesus sua tese com outras palavras: he Basiléia he eme ouk estin enteuthen. Em inglês se traduz ao pe da letra: Meu reino não é daqui. Em Latim a Vulgata perfeitamente: Regnum meum non est hinc. Em espanhol temos que usar circunlocução: Meu reino não é oriundo daqui, não se origina daqui.

O advérbio grego enteuthen (igual que o latino hinc) me totalmente inequívoco: designa o aqui, pois como lugar de origem, como lugar de onde algo sai, como ponto de partida desde algo começa seu

movimento. Em toda a Bíblia, incluindo o Antigo Testamento da LXX, esse advérbio grego usa 38 vezes. Só uma no sentido figurado: daqui que é lógico: I Esd 4,22.

Nove vezes em repetição idiomática enteuthen kai enteuthen, que significa: desde aqui uns e desde aqui os outros, ou seja: uns de um lado e outros do outro: Ex 17,12; Nm 11,31; 22,24; Jos 8,22; II Sam 2,13; Ez 40,49; Dan 12,5; Jo 19,18; Apoc 22,2. As outras 28 vezes é o puro desde aqui (ou: saindo daqui); Gen 37,17; 42,15; 50,25; Ex 11,1; 13,.3.19;32,7; 33,1.5.; Dt 9,12; Jos (A) 4,3; Jz 6,18; 7,9 (A); Rt 2,8; I Rs 17,3; Nee (B) 1,1; Tob (S) 7,11; 8,20; 10,10; Jer 2,37; 45(38),10; II Mac 2,32; Lc 4,9; 13,31; Jo 2,16; 7,3; 14,31;18,36.

O leitor pode comprovar, tendo em conta que os autores de dicionários bíblicos não dispõem de mais dados que nós. Nenhuma só vez enteuthen significa pertencia aqui; sempre significa origem, lugar (aqui) de onde algo sai e provem. Como Jesus repete sua tese empregada esse advérbio em vez do substantivo mundo, resulta duplamente confirmado que a idéia é de origem, de procedência.

Haveria bastado amplamente o significado induvidavel da preposição ek na primeira sentença do verso em Jo 18, 36, pois, como se isso fora pouco, o advérbio enteuthen, ao final do verso, o corrobora e remarca. O que passa é que não tinham nem a mais branda intenção de averiguar que é o que Cristo disse.

Santo Agostinho entendeu o texto perfeitamente. *Non ait: nunc autem regnum meum non est hic, se non est hinc* (Jo tratado 115,2). O leitor tem visto como os três grandes ases da reação resultam palmariamente ser três cartas falsas. E tem visto que, para entender o verdadeiro sentido desses três versos, não se necessitava esperar a que a exegese

moderna viera a esclarecer, pois havia no texto mesmo elementos evidentes e contundentes para descartar sem resíduos a interpretação escapistas.

A falsidade interpretativa tem sido voluntária. No primeiro e no terceiro os textos a torcedora nem sequer estava no nível interpretativo senão que no perfeitamente obvio da gramática. A falsificação cometida pela concepção oficial do cristianismo tem sido deliberada. Em particular ensinar autoritativamente que sempre haverá pobres, e isso como se fosse palavrar de Jesus Cristo implica uma crueldade refinada e imperdoável. A igreja tem sido o único culpável direto de que a mensagem de Jesus Cristo não chegara aos pobres da terra.

Se o queremos é justiça, não nos é lícito esquecer que a igreja deve ser castigada, pois seu crime histórico não tem paralelo. Uma teologia da libertação que não rompe com a igreja se torna encobridora, fantasma esquerdista que não lhes permite aos pobres verem quem é seu inimigo, manobra de recuperação para impedir que os oprimidos se alijam da que tem sido e segue sendo aliada de seus opressores. Denuncio aqui a teologia da libertação. O primeiro que uma teologia cristã necessita ter é sentido de responsabilidade diante de Jesus Cristo.

3.4. JESUS CRISTO FEZ POLÍTICA.

Conectamos com o final do primeiro capítulo. Um reino de Deus no que se suprimem as classes sociais (Mc 10,25; Lc 6,20. 24), um reino de Deus que quer derribar aos governantes de seus tronos e exaltar aos

humildes, encher de bens aos famintos e aos ricos despedi-los sem nada (Lc 1,52-53), não só implica senão é uma transformação política de máxima envergadura. De onde tiraram por todos os santos, a tese de que o cristianismo não deve fazer política? Sustentar o apoliticismo do Evangelho é sustentar a não realização do Evangelho.

Evidentemente, foi a perseguição dos primeiros três séculos, desatada pelos senhores deste mundo, o que marginalizou os cristãos a apresentar uma versão de cristianismo que já não provocara repressão. Pois depois tem havido tempo de sobra para tirar do meio essa compreensível versão oportunista e falsa, que se interpõe entre nossos olhos e os textos analisáveis objetivamente. No século quarto a igreja despachou o reino para outro mundo, assegurando-lhes aos senhores deste mundo que podiam estar tranqüilos pelo que ao evangelho se refere.

Quando a perseguição houve cessado, quando a igreja oficial houve adquirido o estato senão estato preponderante na sociedade classista, o meio a repressão deixou de ser o motivo dessa falsificação do Evangelho documentalmente insustentável. O substituíram a própria conveniência dos hierarcas e o medo a um evangelho que inequivocadamente criticara a recém inventada estrutura hierárquica da igreja: E não chameis pai a ninguém de vós sobre a terra, pois vosso pai é um só: o do céu (Mt 23,9). O certo é que, primeiro por medo da repressão, depois por medo da revolução, se seguiu ensinando e dogmatizando uma concepção do cristianismo que é, desde qualquer ponto de vista, inconciliável com os textos.

Naturalmente, como os textos gritam por si sós, se teve que chegar ao extremo de inventar que a Bíblia não é a única fonte de revelação divina

senão que existe outra fonte a que por de pronto se chamou tradição. Pois como a tradição dos santos pais resultou ser tão subversiva como a Bíblia (seção quarta de nosso segundo capitulo), se fez que a famosa segunda fonte viera a consistir, para todos os efeitos práticos, na vontade do Papa em turno. Todo um processo teológico sociologicamente explicável, pois que tem duas falhas impressionantes.

Em primeiro lugar, logicamente é uma rua sem saída. A autoridade da igreja necessita demonstrar-se. E a demonstração só pode estar na Bíblia. Pois isso significa que a Bíblia tem autoridade por si mesma e não necessita da famosa segunda fonte para tê-la, pois do contrário a demonstração da autoridade da igreja seria um circulo vicioso rudimentar. E em segundo lugar, a segunda fonte, se é fonte de uma mesma e única revelação divina, não pode fazer nada se os textos da primeira se mantém intactos.

O inventor da síntese teológico supradita haveria devido modificar os textos. O resultado construto doutrinal é lábil e explosivo porque os textos bíblicos se mantêm intactos. Hoje estamos em situação: como oficialmente se sustenta precisamente o contrário do que demonstram os textos, a explosão é inevitável.

Dizíamos que é inaudita a tese de que a mensagem de Jesus Cristo não se mete em política. Essa tese implica que não se tem entendido nada dos profetas e nada da condenação intransigente de Cristo contra os ricos. O lutar por uma sociedade em que não tenha ricos e pobres não é uma opção preferencial aos pobres como diz tontamente Medellín e Puebla. Não, se não é opção. É obrigação. Dão a idéia de que foi uma decisão arbitraria de Deus ou da Bíblia, que poderia inculpávelmente faltar.

Na medida em que não se participa dos benefícios de uma sociedade que essencialmente vive de explorar os pobres e oprimidos. A só abstenção de lutar é cumplicidade ativa e usufruto. A situação dos pobres é injustiça no único sentido estrito e cumulativo da palavra (nosso capítulo segundo), no sentido que obriga a restituição. Deus mesmo está obrigado, porque ele lançou a andar a maquina da criação que tem resultado triturar os direitos estritos dos pobres. Estes não pediram vir ao mundo.

A tese de que Cristo não se meteu em política está negando precisamente os atos históricos que com maior segurança cientifica conhecemos. Não me refiro só ao testemunho de Suetonio em sua “Vida de Cláudio” (25,4), descreve aos cristãos como “impulsore Chresto assidue tumultuantes”, ainda que esse documento bastaria. Não. O fato histórico mais incontrovertível entre todos os que cientificamente constam, é que Jesus Cristo morreu crucificado e que a crucificação era o gênero de morte reservado para os delinqüentes políticos. Nenhum investigador sério se abstém de fazer constar isto ultimo, pois citemos aqui somente a dois: Johannes Schneider, no artigo sobre a palavra stauros - cruz (Th.W.N.T. Vol III, p 573), diz:

> *Nas províncias romanas o castigo da crucificação era um dos mais poderosos meios para a conservação da ordem e da segurança. Os governadores faziam sofrer a morte de cruz, própria de escravos, sobretudo aos lutadores libertários que pretendiam tornar independentes a seus povos da autoridade romana.*

E para aduzir também a um investigador católico, vejam-se estas palavras de Heinrich Schlier: A morte de Jesus na cruz é a morte que a autoridade romana infligia aos rebeldes e bandidos (Die Zeit der Kirche, Herder, p 59).

Para maior confirmação, o letreiro que Pilatos fez fixar no alto da cruz de Jesus Cristo (INRI) individualiza o delito político como motivo do castigo desse crucificado em particular. Comente o católico Raymond Brown: “Todos os Evangelhos concordam em que o cargo de ser pretendente real foi inscrito contra Jesus”. (The Gospel of John Vol II, 919, Doubleday, 1970). Por outra parte, como observa H Schlier, “das palavras de Jesus sobre seu reino, Pilatos não podia inferir outra coisa senão que ele era rei e que, portanto, sua ação assinala a esfera política. E o notável é que Jesus se lhe concede: Tu o dizes” (op cit p 63). Jesus Cristo foi executado como sedicioso político: este é um ato que nenhuma pessoa seria pode por em dúvida, seja essa pessoa católica ou protestante ou agnóstica.

Mateus e Marcos nos informam, ademais, que Jesus foi crucificado entre os ladrões (Mt 27,38; Mc 15,27). Agora bem, essa era a denominação despectiva que as autoridades davam aos rebeldes e insurretos, como pode ver-se cotejando “Barrabás era ladrão” (Jo 18,40) com “o qual havia sido encarcerado por um levantamento e homicídio sucedido na cidade” (Lc 23,19). Resulta que Jesus foi crucificado entre os dois rebeldes e na fila com eles, só que com maiores méritos que eles, por isso o colocaram no meio e com o letreiro de seu delito: ser pretendente real.

Sobre Jesus de Nazaré não tem nenhum só fato histórico que seja mais comprovável que este: que fez atividade política revolucionaria. Em seu estudo sobre as parábolas (The Jesus of the Parables, Filadélfia, 1948, p

17) comenta muito bem C W F Smith: Ninguém crucificará a um mestre que contava formosos relatos para inculcar moralidade de prudência.

Lucas nos narra um incidente pelo que claramente se vê que Jesus não só teve dificuldade com o governador da Judéia, senão também e antes disso, com o governador da Galiléia, que era Herodes Antipas:

Nessa ocasião se apresentaram uns fariseus dizendo-lhe: Sai e vai daqui que Herodes quer matar-te. E ele lhes disse: Vão e digam-lhe a essa raposa: Olha que lanço demônios e faço curas hoje e amanhã, e ao terceiro dia chego a meu fim. Pois convém que hoje e amanhã e passado siga adiante, por que não cabe que um profeta morra fora de Jerusalém (Lc 13,31-33).

Três coisas são evidentes nesta pequena pericope. Primeira, a absoluta falta de respeito com que Jesus fala do governante: esse é a linguagem de um rebelde, não de um súdito obediente. Segunda, que Jesus Cristo mesmo se dava conta de que sua atividade e ensinamento eram de tal índole que lhe acarretariam pena de morte. E terceira, que não só o governo da Judéia quis matar a Jesus senão também o da Galiléia; isto não se explica senão porque ambos viam nele um perigo político. A reação de Herodes é a confirmação antecipada de que Pilatos não se equivocou: o movimento popular de Jesus suscitava tinha um caráter evidentemente revolucionário.

Os evangelistas calam coisas, evidentemente. E se compreende: seu plano redacional é apresentar a Jesus como um mártir que foi assassinado contra toda razão e justiça. Pois se, apesar do método omissivo que sistematicamente os guias, se lhes filtram dados tão a reveladores como o de que nos únicos territórios em que Cristo desenvolveu atividade o governo tratou de mata-lo (e nele segundo com

êxito), é por que o caráter revolucionário das proclamações de Jesus constitui um ato histórico maciço que é impossível de dissimular.

E adverte-se que também os outros dirigentes judeus se deram conta desse fato. Chegado um certo momento no desenvolvimento da atividade de Jesus, fizeram esta analise: Se lhe deixarmos que siga assim, todos crerão nele, e virão os romanos e destruirão nosso lugar e nossa nação (Jo 11,48). Não havia por que temer que aos romanos lhes pareceria mal o movimento de Jesus, se este não implicara ameaça para o governo vigente. Repito a observação de C W F Smith: Ninguém crucificaria a um mestre que contava formosos relatos para inculcar moralidade de prudência. Não vejo que sutilezas possam valer contra os dados que temos mencionado. A afirmação de que o Evangelho não faz política é uma tese mais alienada da realidade que tenham sido formuladas.

Pois necessitamos aprofundar o caráter subversivo da mensagem de Jesus. Como podia ser apolítico sua mensagem se o reino de Deus significa que o reino é Deus e não os homens?

Pilatos era romano, concedido. Pois se tenha muito em conta que o Governante da Galiléia não era romano senão judeu. Aos zelotes lhes molestava que os romanos governaram a Israel; Jesus Cristo deixava todo mais longe que os zelotes; Jesus cristo ia mais longe que o nacionalismo completamente fora de suas questões;por isso o povo judeu acabou abandonando-o e preferindo aos zelotes.

Quando Lucas resume sobre o Reino: derrubou aos governantes de seus tronos (Lc 1,52), não se trata de governantes romanos senão de qualquer classe dirigente de governantes. Jesus Cristo era incomparavelmente mais fiel a genuína tradição bíblica que todos os

revolucionários judeus de seu tempo. Não podem reinar Deus e os homens ao mesmo tempo: isso é o que ensina a mais antiga tradição bíblica. Veja-se Jz 8,22-23:

> *E os Israelitas disseram a Gideão: Governa-nos tu e teu filho e teu neto, pois que nos tem livrado da mão de Madiã. Pois Gideão lhes disse: Não os governarei eu e os governará meu filho, senão que YHWH vos governará.*

Quando se fundou a monarquia em Israel, a Bíblia expressamente nos adverte que isso se fez contra a vontade de Deus:

> *Desagradou a Samuel esta palavra que disseram: Dá-nos um rei para que nos julgue. E Samuel orou a YHWH: E disse YHWH a Samuel: Faça caso do povo em todo o que te diga, pois não te tem recusado a ti, me tem recusado a mim para que não reine sobre eles (I Sam 8,6-7).*

A exegese do Novo Testamento não pode legitimamente supor que Jesus careceria da inteligência para discernir na Bíblia a mais autentica e antiga forma de ensino de Deus acerca do governo, quando basta ler os livros de Antigo testamento na ordem sucessiva em que estão recopilados para saber que esses dois parágrafos (o de Jz e de Sam) são os primeiros que a Bíblia ensina sobre o governo. Pois ademais temos a palavra explicita de Jesus Cristo: Ninguém pode servir a dois senhores, por que odiará a um e amará a outro, ou se juntará a um a abandonará a outro (Mt 6,24).

Que tem de estranho, então, que quando Jesus proclama que tem chegado o reino de Deus (Mc 1,15), sua mensagem seja o mais subversivo que se tem proclamado em política? Lucas, no texto do Magnificat que temos citado, interpretou com perfeita fidelidade o sentido revolucionário do Evangelho de Cristo.

Desde o ponto de vista sistemático é de notar que este anarquismo radical (que não é anarquia) é muito coerente com o que vimos nos capítulos precedentes. Onde não tem riqueza diferenciante, onde a atividade de econômica se destina diretamente e não ao intercambio nem as operações de compra e venda com a ganância, o governo se volta desnecessário. Estes tampouco o inventaram Marx e Engels, como pode ver-se pelos textos bíblicos citados.

3.5. JESUS CRISTO E A VIOLÊNCIA

Abordaremos finalmente o tema da violência, pois resulta pelo menos assombroso que as versões oficiais do cristianismo, apesar de que nos tratados morais mais tradicionais e nas cátedras atuais de teologia moral se ensina o direito de legitima defesa com uso da violência, somente aos proletários agredidos em dimensão genocida lhes neguem esse direito.

E não me refiro só a agressão que cometem a policia e o exercito, agressão que na América Latina já está dada, por si doutrinalmente se

exige que o ato da agressão seja prévio ao fato da legitima defesa, exigência que de seu é injustificável. Refiro-me principalmente a agressão que faz o sistema capitalista mesmo e que é muito pior. No mundo morrem hoje milhões de crianças cada ano por simples desnutrição. E muito mais numerosos são os que ficam mentalmente sem condições para a vida toda pela mesma causa. E a muitos milhões de seres humanos se lhes reduz a duração da vida a metade pela mesma causa.

Agora bem, não é que com os recursos atualmente existentes no mundo seja impossível produzir alimentação suficiente para todos. Tecnicamente é possível. O que passa é que o capitalismo como sistema não permite que os recursos existentes se destinem diretamente a satisfação das necessidades, por que a destinação que lhes impõem é o acrescentamento do capital. Não se produz senão quando a demanda prevista de poder de compra faz prever a ganância; pois as necessidades mais trágicas e impostergáveis do mundo carecem de poder de comporá, e, por conseguinte não possam traduzir-se em demanda.

O capitalismo se tem apoderado dos recursos da humanidade, e materialmente mata de fome cada dia a milhões de seres humanos ou os deixa débeis por toda a vida. É mais violência dar-lhes um tiro que lhes impedir de comer? De onde tiraram essa definição de violência? A agressão genocida já está dada e é incessante, com que prodígios de imoralidade doutrinal se lhes nega aos agredidos o direito de legitima defesa? Como pode alguém pensar que é menos agressivo reduzir-lhes sistematicamente a vida e a vitalidade a um ser humano que cortar-se-lhe a vida repentinamente?

Na Bíblia nos ensina:

O que derrame sangue de homem,
Pelo homem será derramado seu sangue,
Porque a imagem de Deus fez ao homem (Gen 9,6).

Não diz precisamente por mão da autoridade será derramado seu sangue. Diz: por outro homem. E na serie de vezes que a legislação mosaica prescreve pena de morte (por exemplo: Ex 21,12. 15. 16. 17) se trata de lapidação executada por todo o povo (Lev 24,14. 23; 20,2. 27; Ex 17,4; etc). Isso é violência, e está não só permitida senão mandada pelo único Deus verdadeiro. A comunidade humana necessita defender-se de seus agressores. Agora bem, o crime de matar de fome a milhões de seres humanos, que se segue cometendo no momento em que você lê estes modos, é imensamente maior que os aí consignados. O citado Ex 21,17 diz: O que amaldiçoa a seu pai ou a sua mãe seja morto sem perdão.

As tergiversações do Evangelho sustentam que Jesus Cristo, em uso de sua autoridade divina, ab-rogou o Antigo Testamento. Com isso se sentem autorizados para dar de baixa a YHWH dos Exércitos que tantas vezes se descreve a si mesmo arremetendo com a mão estendida e braço estendido contra os opressores (Dt 4,34; 5,15; 7,19; Ex 6,6; Sl 136,12). E atribuída todas essas violências a uma pretendida imperfeição que, segundo eles, todavia aquela a religião do Antigo Testamento.

Pois, em primeiro lugar, YHWH segue sendo, depois de tudo, o único Deus verdadeiro, não é certo? Em segundo lugar, o fato é que Jesus nunca desaprovou a conduta de seu Pai. E aqui vem o bom: (as discussões teológicas sobre a violência tem passado inteiramente por alto este dado) em terceiro lugar, segundo Mc 7,9-13; Mt 15,3-6, Jesus

Cristo citou com todas suas letras o mencionado em Ex 21,17 e não somente o aprovou senão que o defendeu contra as interpretações maiores e suavizantes dos escribas e fariseus, e nesse verso está toda a violência do Antigo Testamento em todo o seu esplendor:

> *Bem invalidais o mandamento de Deus para guardar vossa tradição. Por que Moises disse: Honra o teu pai e a tua mãe; e: O que amaldiçoa a seu pai e a sua mãe morra sem perdão. Em troca vós dizíeis... Etc (Mc 7,9-11).*

Jesus Cristos aprova explicitamente o uso da violência. Note-se que, para defendê-lo das interpretações mitigantes dos escribas e fariseus, Jesus podia ter citado somente: Honra teu pai e a tua mãe, que está em Ex 20,12. Pois não. Tirando-o de um diferente capítulo do Êxodo, assinala: e o que amaldiçoa a seu pai e a sua mãe morra sem perdão. Já expomos que essas mortes as executava o povo todo. Aqui tem um fato documentalmente seguro tergiversar: Jesus Cristo aprova e defende explicitamente o uso da violência.

É a teologia dogmática, não Jesus Cristo, a que tem decretado por si e ante si que o característico do cristianismo é a não violência e a justiça não com vingança. Toda a justiça de vingança do Antigo Testamento é aprovada e defendida por Jesus Cristo nessa passagem citando a Ex 21,17. O característico do Evangelho é a realização do reino. O de amar ao próximo como a ti mesmo (Mc 12,31) já estava em Lev 19,18 e nem no Antigo Testamento nem no Evangelho se o entendia como perdido com a justiça de vingança e com a obrigação de recusar violentamente ao agressor da comunidade humana.

O fato de que Jesus mantenha e definida Ex 21,17 bastaria para demonstrar que é falsificados o Jesus Cristo falso e o Evangelho doce que a teologia do estabelecimento tem forjado. Como as palavras citadas são autenticas de Jesus Cristo, é evidente que, em sua mensagem, o amar aos inimigos (Mt 5,44) não está dado a recusar ao opressor incluso mediante violência. Desde logo, como tem dito Jose Comblin, aos ricos a maior mostra de amor que pode dar-lhes é tirar-lhes o que lhes impede entrar no reino (Mc 10,21. 25). Pois, independentemente disso, o que tem sucedido é que a teologia melosa arrebata o amai a vossos inimigos.

Desconjuntando-lhe de todo o Evangelho e não se toma o trabalho de averiguar em que sentido o entende Jesus Cristo. Evidentemente, não o entendem num sentido em que resulte incompatível com a obrigação de recusar ao agressor da comunidade usando a violência. Qual seja o sentido em que o entende, poderá aclarar-se depois; pois qual seja o sentido em que não o entende, está claro desde antes. Agora bem, esse sentido em que Jesus não o entende é o único que os ideólogos do estabelecimento lêem no amai a vossos inimigos. Os procedimentos resultam pasmos: não tem nem o menor desejo de averiguar que pensa Jesus Cristo: o único que querem é defender o status quo e proibir a revolução. E pensavam que é possível por meios pacíficos derrubar aos governantes de seus tronos?

A reação aduz que Mt 26,52: Todos os que empunham espada a espada morrerão, que é o conhecido adágio: o que com ferro fere será ferido. Pois deliberadamente esquece que Lc 22, 36, o que não tenha, venda sua túnica e compre uma espada. E adere o esquecer também que Mt 10, 34: não vim trazer paz na terra senão a espada. Passam por alto que o capítulo de Mt 23, é uma pagina de violência verbal, como não tem

outra em toda a literatura de todos os tempos. E, sobretudo passam por alto que, segundo Jo 2,14-22; Mt 21,12-13; Mc 11,15-17; Lc 19,45. Jesus Cristo usou a violência física para expulsar aos negociantes do templo.

Supomos que, como podem tacitamente assumir os representantes do estabelecimento, tem contradição entre Mt 26,52 por uma parte, e por outra os outros textos sobre a espada e a expulsão física dos mercadores. Com que direito se atem a Mt 26,52 e decretam que os outros textos não existem? Com que aprioristicamente decidem que Mt 26,52 é a doutrina autêntica de Jesus e os outros são erros doutrinais ou práticos? Numericamente os textos sobre a espada são dois contra um.

Com que direito impõem a obrigação de preferir esse um contra os outros dois? Na realidade é a conduta mesma de Jesus a que ceve normatizar nossa intelecção de seus pronunciamentos verbais, e Jesus Cristo efetivamente usou a violência física. O que a ferro mata a ferro morre é uma citação ocasional: Jesus considerou inútil – e era inútil – fazer resistência nessas circunstâncias, e para seu propósito de freara Pedro citou um aforismo bem conhecido. Tanto Lc 22,36 como Mt 10,34 (que por certo se é expressão cunhada originalmente por Jesus Cristo) são muitos mais intencionalmente doutrinais e muito menos circunstanciais que esses aforismo.

É criminal defender a repressão mediante o procedimento de citar-lhes aos oprimidos aquilo de apresenta a outra face (Mt 5,39). Os sustentadores da teologia oficial haverão de ser castigados por desalentar com isso verso a luta contra a injustiça. Se a graça de Deus me ajuda, praticarei o heroísmo de apresentar a outra face quando me tem ferido a mim na primeira. Pois esse é um assunto pessoal e individual*. O que Jesus Cristo nunca disse é: se a teu próximo o ferem numa face, apresenta-lhe a outra face de teu próximo*.

E os proletários estão defendendo o pão de suas mulheres e filhos, ávida de todos seus companheiros. Por demais, segundo Jo 18,22ss, Jesus Cristo não apresentou a outra face quando feriram na primeira vez senão que protestou com toda a força, e quem sabe que haveria feito se não houvera estado preso (Jo 18,12). Com que direito lhes exige a igreja precisamente aos proletários uma conduta mais escrita que as palavras de Jesus tem caráter mais normativo que suas obras?

Que Jesus Cristo empregou a violência física, é um fato que não tem volta de folha: e tendo feito um flagelo de cordas expulsou a todos do templo (Jo 2,15). O particípio aoristo significa aí o instrumento ou modo mediante o qual a ação do verbo principal se executa. O que realmente diz Jo aí é: a forma que os expulsou a todos. Ou pensava a teologia branda que os expulsou a base de exortações? Incluso é historicamente seguro de que não havia podido expulsa-lo ele só, e esta é uma conjuntura em que os evangelistas omitem.

Em primeiro lugar eram muitos. E em segundo lugar havia guardas. Sem duvida encabeçou a um grupo bem nutrido de seus seguidores numa ação que não pode ser caracterizada senão como assalto ao templo. Com que autoridade se lhes nega, em nome do cristianismo, precisamente aos proletários a legitimidade de um gênero de ações que o mesmo Jesus Cristo executou?